

Economia em Debate

nº 251

(24/04/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Projeção de inflação sobe para 3,49%

O Estado de S. Paulo - 24/04/2018

Os economistas do mercado financeiro elevaram levemente a previsão para a inflação de 2018. O Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), mostra que o índice de inflação (IPCA) projetado para este ano subiu de 3,48% para 3,49%. Há um mês, estava em 3,57%. Já a projeção para o índice em 2019 caiu de 4,07% para 4,00%. Quatro semanas atrás, estava em 4,10%.

O BC persegue meta de 4,5% para o IPCA este ano, com margem de 1,5 ponto percentual (inflação entre 3,0% e 6,0%).

Com a inflação sob controle e a recuperação lenta da atividade, o mercado financeiro prevê que o Banco Central levará mais tempo para elevar os juros no País. No relatório, a expectativa é de que a Selic (a taxa básica de juros) comece a subir apenas em maio de 2019. No fim do mês passado, a projeção era de aumento já em fevereiro.

Atualmente em 6,50% ao ano, a Selic deve cair para 6,25% em maio. Essa é a expectativa que consta no Focus. Durante evento em São Paulo, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, reforçou que a intenção do Comitê de Política Monetária (Copom) da instituição é reduzir a Selic para 6,25% no próximo mês e interromper o processo de cortes de juros, para avaliar os próximos passos. A projeção do mercado para a alta do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 está em 2,75%, enquanto o cálculo do BC é de 2,6% e o do Ministério da Fazenda, de 3,0%.

As famílias demandam menos serviços

O Estado de S. Paulo - 24/04/2018

A modestíssima taxa de crescimento de 0,1% do volume de serviços registrada entre janeiro e fevereiro reflete a falta de dinamismo do setor terciário, responsável por mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB). Muito pior é a comparação com os indicadores de 2017, pois, na maioria dos itens analisados, o quadro se agravou.

Entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2018, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume total de serviços reduziu-se 2,2%. Os serviços prestados às famílias caíram 5,2%, os serviços de tecnologia de informação e comunicação reduziram-se 5,3% e os serviços profissionais, administrativos e complementares diminuíram 1,6%.

Um dos exemplos mais dramáticos de queda foi o do setor de alimentação às famílias, liderado pelo recuo de restaurantes, lanchonetes e bares, “que compõem 45% desse grupo de atividades”, segundo o gerente da pesquisa do

IBGE, Rodrigo Lobo. Não bastou a alta dos serviços de hotelaria, “que representam 25% do grupo”, para compensar a queda da alimentação.

Mais famílias dão preferência a fazer refeições em casa, gastando menos e ajustando o orçamento doméstico. Outras cortam a demanda de serviços de alimentação por falta de renda decorrente do desemprego de um ou mais membros do núcleo familiar. Mas o resultado final do corte de despesas nem sempre tem efeito positivo, pois os indicadores de endividamento deixam a desejar.

Outro destaque negativo é o comportamento das telecomunicações, evidenciado pela situação difícil de grandes empresas de telefonia.

O setor de serviços em geral depende do comportamento da indústria e do comércio, nos quais o ritmo de atividade também é insatisfatório.

O que parece pior no setor terciário é que a recuperação esboçada no segundo semestre de 2017, inclusive em dezembro, não se confirmou. São poucos os segmentos de serviços cuja demanda está sendo preservada, caso de transportes, serviços auxiliares e correios, que ainda mostram dados positivos nas comparações com 2017, mas já registram leve queda na comparação entre janeiro e fevereiro.

A reanimação do setor já não conta com as medidas poderosas de estímulo presentes em 2017, como a liberação das contas inativas do FGTS que propiciou renda às famílias.

O peso da legislação urbana no cálculo do preço do imóvel

O Estado de S. Paulo - 24/04/2018

Ao contrário do que alguns podem imaginar, o mercado imobiliário não determina por si só em que pontos de uma cidade deve haver oferta de imóveis. As necessidades da população, os fatores econômicos e de mobilidade influenciam diretamente na disposição de empreendimentos residenciais, comerciais e empresariais na zona urbana. Segundo Claudio Bernardes, presidente do Conselho Consultivo do Secovi-SP, cabe ao mercado suprir essas necessidades e atuar de forma a equilibrar a oferta e a demanda. Ele esclarece que as regras urbanísticas, embora fundamentais para o correto crescimento da cidade, acabam por influenciar diretamente no custo de produção que, por sua vez, compõe o valor final das unidades imobiliárias

Bernardes explica que existe uma grande demanda por moradia em determinadas regiões. Contudo, a realidade é que diversos locais são hostis à chegada de novos empreendimentos, buscando a manutenção do status quo. Nestes casos, o poder público, a partir de seus planos diretores, deve solucionar o impasse e apresentar soluções que atendam maior número de pessoas, conciliando diferentes necessidades.

Bairros mais desenvolvidos e com alta demanda contam com menos produção, o que direciona novos empreendimentos para lugares adjacentes. Este tipo de movimento provoca mudanças essenciais no perfil dos empreendimentos.

Segundo o dirigente do Secovi-SP, na busca por preços compatíveis com o poder aquisitivo do mercado, locais tidos como mais nobres passam a receber empreendimentos com unidades de menor tamanho. Em recente artigo publicado por Bernardes, ele comenta que em São Francisco, nos EUA, há projetos com unidades de apenas um dormitório, sem cozinha e sala de estar individualizados, e banheiros compartilhados. A fila de espera por uma unidade nesses residenciais chega a somar 8 mil clientes. Essa forma de empreender resulta de uma legislação rígida. Outro exemplo mencionado por ele é o de Toronto, no Canadá, onde os preços das unidades subiram mais de 20% no último ano, em razão de regras de zoneamento ultrapassadas, que limitam os terrenos para a construção de novos condomínios residenciais e prejudica a oferta.

Entram no cálculo dos preços dos imóveis o custo dos insumos, a tecnologia aplicada, os fatores econômicos, as características regionais e o comportamento social, entre outros. No entanto, regras alheias à realidade elevam esses preços e prejudicam os consumidores.

Alguns defendem a completa desregulamentação do setor e das condições de ocupação do solo. Essa medida pode ser boa para algumas cidades fora do Brasil. Aqui, ainda há a necessidade de um correto regramento, que considere questões urbanísticas, fatores e modelos econômicos de produção para se chegar ao desenvolvimento equilibrado e socialmente justo.

O poder público, a partir de seus planos diretores, deve solucionar o impasse e apresentar soluções que atendam maior número de pessoas, conciliando diferentes necessidades.

Indústria vai a Temer pedir por Rota 2030

O Estado de S. Paulo - 24/04/2018

Dirigentes das quatro associações ligadas ao setor automotivo se reúnem hoje, em Brasília, com o presidente Michel Temer para, mais uma vez, tentar convencer o governo a aprovar o Rota 2030, novo regime automotivo que terá duração de 15 anos.

Previsto para entrar em vigor em janeiro, o programa segue pendente em razão da falta de consenso entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) – favorável ao projeto – e a Fazenda – contrária a incentivos às montadoras.

Ontem, Temer esteve com Marcos Jorge, titular do Mdic, Ana Paula Vescovi, ministra interina da Fazenda e Jorge Rachid, secretário da Receita Federal, para discutir o programa. Segundo fontes, o impasse não foi superado. O Rota

vem sendo discutido desde 2017. Seu objetivo é definir regras para a cadeia automotiva. O impasse está na concessão de incentivo fiscal para montadoras investirem em pesquisa e desenvolvimento.

Estarão no encontro os presidente da Anfavea (representa as montadoras), Antonio Megale; do Sindipeças (autopeças), Dan Ioschpe; da Fenabrave (concessionárias), Alarico Assumpção e da Abeifa (importadores), José Luiz Gandini. Outro encontro previsto para hoje, com presidentes de todas as montadoras, foi cancelado, “frustrando as expectativas do setor”, disse Megale, que esperava por uma definição em maio.

Megale disse que, em razão do atraso do Rota, “o setor começa a se desorganizar” e há riscos de empresas decidirem “investir onde for mais barato”.

Para o secretário do Mdic, Igor Calvet, o valor em discussão está sendo superestimado por quem

o critica. “Para um incentivo de R\$ 1,5 bilhão, o programa exige investimentos de R\$ 5 bilhões (das empresas). É uma conta superavitária.”

No domingo, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, reforçou que há dúvidas sobre os custos e vantagens do Rota. Segundo ele, subsídios à indústria custaram bilhões do Tesouro, mas nem por isso o setor escapou da estagnação.

CNI aponta alta na atividade da indústria

O Estado de S. Paulo - 24/04/2018

A atividade nas fábricas brasileiras cresceu 8,7 pontos de fevereiro para março, atingindo 55,2 pontos, informou ontem a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O resultado ficou 2,1 pontos acima da média histórica para o mês. “É usual o crescimento do indicador na passagem de fevereiro para março, por conta do fim do carnaval e da reativação da atividade. O índice de março de 2018, contudo, mostra que o crescimento da atividade entre fevereiro e março foi mais intenso que o usual”, avaliou a entidade.

Com a indústria produzindo mais, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) do setor também aumentou em março, para 66%, ante 64% em fevereiro. Ainda assim, apontou a CNI, a UCI de março ficou 2,5 pontos percentuais abaixo da média registrada para o mês.

O índice que mede a utilização da capacidade efetiva em relação ao usual aumentou 1,1 ponto e chegou a 43,9 pontos. O índice está distante da linha divisória dos 50 pontos que marca a utilização do parque industrial usual para o mês, mas ainda assim foi o melhor resultado mensal desde fevereiro de 2014, quando estava em 44,7 pontos.

O nível de estoques ficou acima do planejado pelas empresas em março, com o indicador em 50,6 pontos. O índice de evolução do número de empregados ficou estável em 49,6 pontos. "É o segundo mês seguido de estabilidade após longa sequência de quedas do emprego."

Petróleo em alta e leilões podem render R\$ 56 bilhões neste ano

Valor Econômico - 24/04/2018

A alta de cerca de 42% dos preços do petróleo nos últimos 12 meses e a reorganização do setor com o fim da exclusividade da Petrobras como operadora do pré-sal devem trazer injeção considerável de recursos para a economia. As receitas devem vir não somente dos leilões como também de royalties e tributos.

Segundo projeções, o petróleo pode render à União e aos governos regionais cerca de R\$ 56 bilhões somente em royalties e arrecadação em leilões, além de trazer US\$ 5 bilhões - o equivalente a R\$ 17,3 bilhões - a mais em relação ao ano passado em receitas de exportação. A retomada dos investimentos no setor, não somente pela Petrobras como por outras operadoras, deve dar também importante contribuição para a retomada da economia e do emprego.

Mais do que nunca os royalties do petróleo devem render receita extra ao setor público. Somados às participações especiais, os royalties podem chegar a R\$ 37,51 bilhões este ano. O valor significa aumento de 23,3% em relação a 2017 e é mais que o dobro do que foi distribuído em 2016, segundo projeções do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Adriano Pires, diretor do CBIE, explica que as projeções são conservadoras porque consideram preço médio de US\$ 63,36 o barril. Nos últimos dias, o preço subiu para cerca de US\$ 70 o barril, e é possível que avance ainda mais com o conflito na Síria, envolvendo EUA, França e Reino Unido de um lado e a Rússia de outro. "Há quem diga que o preço chegue a US\$ 80 o barril, o que pode elevar ainda mais o valor de distribuição de royalties".

A estimativa considera ainda dólar a R\$ 3,29, outra variável que pode mudar no decorrer do ano, para um nível de desvalorização maior, diz Pires, não só pelo cenário internacional como pelo período eleitoral. Isso elevaria ainda mais o valor dos royalties e participações, que são distribuídos em reais.

Para Pires, as boas perspectivas não se limitam a 2018, mas se expandem por um período de cinco anos. "Tudo leva a crer que teremos um novo boom de royalties no Brasil."

Além da questão de preços, diz ele, a produção deve avançar nos campos do pré-sal, que hoje já respondem por 50% do óleo retirado no país. Isso também deve permitir a distribuição de royalties para regiões diferentes. "No Rio, por

exemplo, a tendência é que a maior distribuição de royalties se desloque dos municípios de Macaé e Campos para Maricá e Niterói."

O setor também passa por um momento de volta dos investimentos. A Petrobras aumentou o orçamento com investimentos em 30%, para US\$ 17 bilhões, ao mesmo tempo em que empresas com sólida posição financeira também aumentaram a aposta no país. Entre elas, a Statoil, Total, Exxon e Brookfield, que comprou a NTS, que reúne parte da rede de gasodutos da Petrobras no Sudeste, por US\$ 4,23 bilhões.

O renovado interesse das empresas por ativos de petróleo e gás no Brasil explica os bônus de R\$ 8 bilhões pagos na 15ª rodada de licitações da ANP, realizada em março, que teve ágio médio de 621,9%. Além de pagar o bônus, as companhias se comprometeram com investimento de no mínimo R\$ 1,2 bilhão na fase de exploração das áreas adquiridas, o que também vai movimentar o setor de serviços. A expectativa da empresa Hays, de recrutamento e seleção, é de que 87% das empresas abram novas vagas de trabalho em 2018.

Por causa do resultado da 15ª rodada, acima de todas as projeções do governo, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix Bezerra, aumentou a expectativa de arrecadação com leilões este ano para R\$ 18 bilhões, o que pode ser um volume conservador. A arrecadação do primeiro leilão do ano - estão previstos mais dois - ficou próximo dos R\$ 9,95 bilhões arrecadados em 2017. Se a previsão se confirmar, baterá o recorde de 2013, quando R\$ 17,2 bilhões foram pagos ao governo, ajudado pela venda dos direitos de produção de Libra, o primeiro campo gigante vendido pelo regime de partilha de produção, que rendeu R\$ 15 bilhões.

Félix afirma que, ao prever arrecadação de R\$ 18 bilhões com leilões, não incluiu receita de R\$ 1 bilhão da União com a venda de petróleo nos campos operados sob o sistema de partilha da produção. Ele prefere não fazer estimativa para o resultado das negociações entre a Petrobras e o governo em torno do volume de petróleo que excede os 5 bilhões adquiridos pela Petrobras sob o regime de cessão onerosa.

A consultoria Gaffney, Cline & Associates, contratada pela ANP, estima que existem entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris de petróleo excedentes. Uma parte disso pode ser leiloada quando o governo e a Petrobras encerrarem o processo de revisão do contrato assinado em 2010.

Sobre esse assunto, que está sendo tratado com confidencialidade, Félix explicou que o governo não trabalha com a entrada de dinheiro no Tesouro ainda este ano, e nem é a meta. "A motivação é destravar um investimento muito grande e significativo em uma área que já está descoberta", disse o secretário ao Valor.

O advogado Giovani Loss, especialista na área de óleo e gás do escritório Mattos Filho, destaca que diversas empresas importantes estão reforçando sua

posição no país, movidas, segundo ele, pelo aumento do preço do petróleo e pela flexibilização de regras pelo governo, inclusive a que acabou com a exigência de que a Petrobras fosse a única empresa a produzir no pré-sal como operadora.

O advogado destaca a norueguesa Statoil, que investiu R\$ 973,23 milhões no último leilão, a BP e a francesa Total, que já anunciou investimento anual de US\$ 1 bilhão no Brasil depois das aquisições de participação nos campos de lara e Lapa (do qual se tornou operadora) no pré-sal da Bacia de Santos, e da compra de participação em hidrelétricas e terminais de GNL da Petrobras.

"O interesse claramente se tornou maior em função do aumento do preço do petróleo, e os investimentos recentes são indicativos da importância do setor. São muito relevantes e de empresas muito sólidas", afirma Loss.

Ele chama a atenção para as novas oportunidades que surgem para pessoas físicas e prestadores de serviços para o setor. "Eles estão se tornando menos dependentes da Petrobras com a diversificação da operação no pré-sal. E o aumento da atividade por empresas que não a Petrobras gera oportunidades de emprego, particularmente nas estrangeiras que aumentaram sua presença no Brasil", avalia Loss.

Outro efeito da alta do preço do petróleo deve ser no comércio exterior. José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que, considerando o mesmo volume de exportação do ano passado, o valor exportado pode subir de US\$ 16,4 bilhões embarcados em 2017 para quase US\$ 21 bilhões este ano, levando em conta os novos patamares de preço como preço médio. Isso abre a possibilidade de o petróleo assumir o lugar do minério de ferro como segundo item mais importante na pauta brasileira de exportações.

Em dezembro, lembra Castro, o petróleo estava sendo comercializado a US\$ 300 a tonelada e nas últimas semanas o preço ultrapassou os US\$ 400 a tonelada. O preço do minério de ferro também subiu no mesmo período, mas de forma menos acelerada, de US\$ 52 a tonelada para perto de US\$ 60 a tonelada.

Para Serasa, spread alto e consumo baixo seguram PIB **Valor Econômico - 24/04/2018**

O Indicador Serasa Experian de Atividade Econômica (PIB Mensal) mostrou avanço de 1,5% no ritmo dos negócios em fevereiro quando comparado com o mesmo mês ano passado. A taxa foi menor que a alta interanual de 1,8% observada em janeiro de 2018, o que sinaliza desaceleração do ritmo de expansão da economia. Essa perda de fôlego, para a Serasa, deve-se em parte ao consumo mais fraco.

"Neste ano, não teremos a safra recorde de 2017, mas uma safra boa. E os efeitos do 'safrão' do ano passado deveriam ser substituídos pelo consumo, o

que não vem se materializando e gera frustração" afirma Luiz Rabi, economista da Serasa.

Em relação a janeiro de 2018, feitos ajustes sazonais, o PIB mensal da Serasa Experian recuou 0,2% em fevereiro, devolvendo a alta de 0,2% registrada no primeiro mês do ano. Para Rabi, se a política de juros baixos - com a taxa Selic em 6,5%, patamar mais baixo da história - chegasse hoje ao consumidor final, a retomada da atividade econômica estaria em outro patamar e ocorreria em velocidade maior.

Para Rabi, há duas razões para o recuo na Selic não se refletir na queda do spread. Uma delas é a inadimplência, que, sustenta, continuará alta. Esse cenário faz com que instituições de crédito se provisionem com "uma capa de gordura" ao cobrar juros mais altos, para se proteger de falta de pontualidade à frente.

Outra explicação é a concentração bancária. Para Rabi, uma forma de estimular a concorrência e baixar as taxas é aprovar o cadastro positivo. "Hoje, o bom pagador só é conhecido pelo banco onde tem conta. Com a mudança, as instituições serão obrigadas a compartilhar informações e irão brigar pelos melhores clientes", diz.

"Não queremos o BNDES fornecendo crédito barato", diz Guardia em NY

Valor Econômico - 24/04/2018

O papel do BNDES daqui para frente deve ser o de incentivar o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, durante evento em Nova York. "Não queremos o BNDES fornecendo crédito barato para os brasileiros," disse o ministro em resposta a um investidor.

Para Guardia, o BNDES continuará tendo um papel importante no financiamento de exportações e de pequenas e médias empresas. "Acho que desenvolver o mercado de capitais é o papel-chave do BNDES daqui para frente."

O ministro ressaltou o que acredita ser o uso responsável de mecanismos de subsídio. "Se você quiser ter subsídio para qualquer coisa, esse subsídio tem que estar no Orçamento Geral da União, de maneira transparente", disse ao Valor, citando como exemplos os atuais subsídios ao crédito agrícola. "Não é papel de banco dar crédito subsidiado. O papel do banco é alocar bem o seu capital com boa gestão de risco."

Questionado sobre se a afirmação sobre o crédito subsidiado do BNDES se estendia a outros bancos públicos, como Caixa e Banco do Brasil, Guardia defendeu a importância de foco na área de atuação e disciplina na alocação de

capital, assim como boa gestão de risco, de acordo com as regras de Basileia adotadas pelo Banco Central. "É essa a orientação que a gente tem para os bancos públicos."

Mais cedo, durante discurso, Guardia afirmou que coibir incentivos fiscais pode ajudar o governo a cumprir o teto de gastos em 2019, assim como também o leilão das áreas do pré-sal cedidas à Petrobras na época da capitalização da estatal.

O ministro admitiu que a chamada "regra de ouro" das contas públicas - que impede endividamento para pagar despesas correntes - pode se tornar um problema a partir de 2019, mas lembrou que o leilão da cessão onerosa do pré-sal negociação que depende da Petrobras - pode incrementar as receitas. "Estamos próximos de chegar a um acordo com a Petrobras, mas não posso comentar mais", disse a investidores.

Guardia defendeu a importância das reformas para manter o Orçamento num caminho sustentável e não descartou apelar ao Congresso para aprovar mudanças que permitam maior flexibilidade orçamentária. "O país está crescendo. A discussão agora é se vai crescer 3% ou 2,8%", disse o ministro.

Grandes bancos devem lucrar R\$ 16,9 bilhões

Valor Econômico - 24/04/2018

Com a expectativa de uma retomada mais consistente do crédito e calotes em queda, os grandes bancos brasileiros devem manter a rotina e registrar mais um trimestre de lucros em alta. O resultado combinado de Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander Brasil deve atingir R\$ 16,9 bilhões, um avanço de 8,5% em relação aos três primeiros meses do ano passado, conforme a projeção média de analistas.

Embora se trate de um resultado expressivo, o ritmo de crescimento será menor em relação ao que se viu nos últimos trimestres, à medida que a queda da taxa básica de juros (Selic) mostrar os primeiros sinais de pressão nas margens.

Os bancos têm resistido a baixar os spreads - diferença entre as taxas de captação de recursos e a dos juros dos empréstimos. Mas a redução da Selic deve começar a se fazer notar com a renovação das operações de crédito, segundo o Goldman Sachs. No entanto, os analistas do banco esperam que esse impacto seja minimizado com uma mudança na composição dos financiamentos. As instituições financeiras têm priorizado linhas de pessoas físicas, que em geral possuem spreads maiores.

"Acreditamos que o ciclo de crescimento do crédito já está em andamento. Os resultados do primeiro trimestre devem trazer mais evidência desse movimento", escreveram os analistas, em relatório a clientes. "Em particular, esperamos ver uma aceleração acentuada no crescimento anual do crédito ao consumidor."

A expectativa dos analistas do UBS é que a carteira de crédito dos quatro bancos volte a crescer depois de oito trimestres consecutivos no território negativo. Pelas projeções do banco suíço, o saldo dos financiamentos deve apresentar uma expansão de 1,2% em relação a março do ano passado.

O resultado dos bancos também deve se beneficiar da tendência de melhora da inadimplência. O Banco do Brasil, o último entre os grandes a apresentar queda no índice, e o Santander devem ter o maior recuo nos calotes no trimestre, refletindo uma potencial baixa de empréstimo concedido para um grande cliente no setor corporativo, de acordo com o UBS.

Para os analistas da BB Investimentos, o crédito só deve mostrar crescimento nos números do segundo trimestre. Mesmo assim, a expectativa para o desempenho no ano como um todo foi revisada para cima, de uma alta de 4,1% para 4,5%. Embora os spreads menores sejam um fator de pressão, a queda nas despesas com provisão ainda deve contribuir para os resultados, segundo os analistas.

A temporada de divulgação de balanços começa nesta terça-feira com o resultado do Santander Brasil. A estimativa média dos analistas aponta para um lucro de R\$ 2,7 bilhões, alta de 18% em relação ao primeiro trimestre do ano passado. A unidade brasileira do banco espanhol deve manter o ritmo mais forte de crescimento do crédito do que os concorrentes, segundo os analistas do Itaú BBA.

O Bradesco, que divulga o balanço na quinta-feira pela manhã, deve registrar lucro líquido de R\$ 4,9 bilhões, alta de 5%, conforme a média das estimativas. "As despesas com provisões e baixas (impairment) devem ser um ponto de atenção depois de atingirem um nível acima do esperado no quarto trimestre de 2017", afirmam os analistas do J.P. Morgan.

Para o Itaú Unibanco, a expectativa é de um lucro de R\$ 6,4 bilhões (alta de 3%), de acordo com as projeções dos analistas. O maior banco privado brasileiro divulga o balanço em pleno feriado de 1º de maio, depois do fechamento dos mercados nos Estados Unidos. O balanço será o primeiro a incorporar a unidade de varejo do Citi. O crescimento do crédito deve ajudar a compensar os spreads menores, segundo o J.P. Morgan, que espera uma expansão anual de 0,7% na carteira do banco.

O BB, que divulga o balanço no dia 10 de maio, deve registrar o maior crescimento no lucro entre os grandes bancos de capital aberto. A projeção média aponta para um resultado de R\$ 3 bilhões, alta de 19% em relação ao primeiro trimestre do ano passado. A carteira de crédito do banco público, porém, deve registrar queda de 0,9% em 12 meses, segundo o UBS.

Ações do varejo têm alta apesar de dúvidas sobre ritmo da economia

Valor Econômico - 24/04/2018

Em meio às dúvidas sobre o ritmo de crescimento da atividade brasileira, as varejistas voltaram ao olhar dos investidores de bolsa. Os papéis do setor foram destaque do mercado de ações em dia de desempenho tímido do Ibovespa, que caminha para encerrar abril de forma anêmica, pautado pelo exterior.

A alta no rendimento dos Treasuries nos Estados Unidos limitou os ganhos para o principal índice, que encerrou com leve alta de 0,06%, aos 85.602 pontos. Entre os avanços de ontem, Lojas Americanas (3,36%), Magazine Luiza (3,05%) e Pão de Açúcar (2,90%) foram destaques. Enquanto o Ibovespa acumula pequeno ganho de 0,28% em abril, os três papéis já têm valorização de 4,67%, 1,96% e 12,68%, respectivamente.

Ontem, o Boletim Focus apontou nova redução na expansão do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, a 2,75%. Relatório do BTG Pactual reforçou, no entanto, o interesse no varejo. A despeito da tendência de desaceleração e da perda de intensidade, o momento para o setor permanece sólido.

"Destacamos que os segmentos de alto crescimento - como e-commerce, com Magazine Luiza e B2W - e ações 'premium' como Lojas Americanas - continuam sendo nossas escolhas preferidas para tirar proveito da dinâmica positiva do setor nos próximos meses", dizem os analistas Fabio Monteiro e Luiz Guanais.

O BTG dá ênfase também às ações de Burger King, Arezzo e Lojas Renner - todas com recomendação de compra - devido à expectativa pela combinação de vendas fortes e crescimento do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) no primeiro trimestre. O Pão de Açúcar faz parte do grupo cujos dados podem ser menos animadores, embora melhores do que há um ano, enquanto outras empresas, como RD (ex-Raia Drogasil), podem ter um desempenho mais fraco, no geral.

Se de um lado as varejistas sustentam as apostas dos principais bancos de investimento, o mercado de bolsa, de maneira geral, segue com dificuldades para galgar uma tendência mais clara. Há três pregões seguidos, o Ibovespa oscila perto da resistência de 85.600 pontos e não encontra ímpeto para superar o forte nível dos 86.150 pontos - patamar considerado crucial, do ponto de vista técnico, para a bolsa seguir em movimento ascendente rumo às máximas. Em relatório, o Itaú BBA volta a mencionar esses níveis como "zona de congestão" para o índice.

A grande ênfase do mercado ontem, na ponta positiva, foram as ações da gigante Kroton, cujos papéis subiram 5,26% depois do anúncio da compra da concorrentes Somos Educação.

Na ponta oposta, as ações da Hypera, nova denominação da Hypermarcas, voltaram a liderar as perdas do dia, de 5,60%, ainda afetada pelos receios dos investidores das investigações da Polícia Federal envolvendo executivos e acionistas da empresa.

Spread alto reduz efeito de juro menor

Valor Econômico - 24/04/2018

Há uma decepção com o ritmo de recuperação da atividade neste começo de ano e entre as diversas hipóteses para o fenômeno está a possível perda de potência da política monetária. Por alguma razão, o estímulo dado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) estaria deixando de ser plenamente transmitido para o lado real da economia. Sinal disso é uma inflação persistentemente abaixo do piso da meta de 3%, mesmo com o Banco Central (BC) promovendo um dos maiores ciclos de afrouxamento monetário da história do regime de metas. A Selic saiu de 14,25% ao ano em outubro de 2016 para a taxa atual de 6,5% e há perspectiva de nova redução em maio.

As ações do BC chegam à economia real por diferentes canais de transmissão, como expectativas, câmbio e crédito. Há uma defasagem de cerca de 6 a 12 meses e os efeitos são cumulativos. Um ponto razoavelmente consensual é que há algo de errado no canal de crédito. Há uma queda dos spreads bancários e dos juros ao consumidor, mas ela é menor do que a esperada e projetada por modelos econométricos que consideram a taxa Selic e a inadimplência como parâmetros para as estimativas.

"Tem alguma coisa no mercado de crédito que não está fluindo como o esperado", diz o economista do Grupo de Conjuntura Econômica da UFRJ, Ricardo de Menezes Barboza. Ele levantou a tese de perda de eficiência da política monetária em artigo publicado no Valor em janeiro deste ano. "Tem uma luz amarela que é o spread bancário, que cai, mas não como se anteciparia."

O economista-chefe do UBS Brasil, Tony Volpon, também avalia o canal de crédito como o culpado por essa percepção de crescimento abaixo do previsto da economia, tendo em vista os esperados estímulos cumulativos dos cortes de juros iniciados em outubro de 2016. Usando um modelo simples, mas estatisticamente significativo, Volpon afirma que grande parcela do crédito para pessoa física tem níveis de spreads muito acima do que deveria ser, considerando Selic e inadimplência. Não é algo dentro de um erro padrão do modelo, mas sim entre 15 pontos e 20 pontos percentuais acima de onde deveria estar.

"Sendo isso, claramente teria uma interrupção da transmissão da política monetária via canal de crédito. Isso explicaria por que a economia não está

respondendo como se esperava. A previsão de crescimento considerava essa contribuição do canal de crédito", afirma Volpon.

Outra forma de avaliar a questão é trabalhar com a hipótese de que, mesmo que temporariamente, a taxa real de equilíbrio - que promove crescimento com inflação nas metas - estaria mais baixa. O que, em tese, exigiria cortes além dos acenados pelo Copom na Selic.

Na avaliação do sócio e gestor da Kapitalo, Carlos Woelz, o mais provável é que a queda da taxa real de equilíbrio esteja ligada à mudança do padrão do crédito - menor fatia de recursos direcionados - e à recuperação da capacidade percebida de fazer reformas. Woelz não descarta a ocorrência de uma sensibilidade menor da economia à política monetária no curto prazo por causa da incerteza proveniente das eleições. Entretanto, isso seria compatível com um câmbio muito mais desvalorizado. "Mas todos estes efeitos são temporários", pondera.

De fato, não há discordância de que reformas microeconômicas, notadamente a adoção da Taxa de Longo Prazo (TLP), aumentam a potência da política monetária no longo prazo, além de reduzir o juro de equilíbrio.

Para Barboza, que acredita na tese de perda de potência da política monetária, há três razões por trás desse fenômeno. A primeira é a incerteza sobre o futuro da política econômica nos próximos quatro anos. "Seja consumidor ou empresário, é natural adotar a postura de esperar para ver", afirma.

Segundo o economista, há evidências preliminares de que a incerteza deixa os agentes menos sensíveis aos estímulos monetários. Trabalhos feitos em outros países já demonstraram que em quadros de elevada incerteza os agentes respondem menos do que o estimado aos estímulos que o BC provém. "Então, a primeira hipótese é que essa incerteza gritante estaria atrapalhando o trabalho do BC de reinflacionar a economia", diz Barboza.

O segundo ponto é justamente o canal de crédito. "Tem algo acontecendo que não está derrubando o spread", afirma. O terceiro ponto da tese de Barboza é a estrutura a termo da taxa de juros, que mostra uma inclinação ainda muito forte, puxada por prêmios maiores nos contratos mais longos. "Essa inclinação da curva pode ser um entrave para a transmissão da política monetária", avalia.

Entretanto, o pesquisador pondera que podem ter outros fatores impedindo a retomada da atividade e da inflação. A política monetária pode estar fazendo o trabalho dela, mas isso é ofuscado por outros vetores que empurram a inflação para baixo, como as políticas fiscal e parafiscal.

Todo ajuste nas contas, sem reforma da Previdência, está sendo feito no lado das despesas discricionárias - notadamente nos investimentos do setor público, que possuem um elevado efeito multiplicador sobre o restante da atividade. "Esse é o lado doloroso do ajuste que se faz necessário."

Há também a redução dos subsídios creditícios de diferentes naturezas. "Tinha esse crédito direcionado que se transformava em gasto. Quando se tira isso, a economia sente o golpe até que o crédito livre preencha esse espaço", explica Barbosa.

Segundo Volpon, do UBS, o BC tem trabalhado em agendas adequadas como olhar o mercado de capitais como alternativa de financiamento e dando espaço para as fintechs (empresas de tecnologia financeira). Há também a tentativa de melhorar o cadastro positivo, o que reduziria a assimetria de informações, permitindo que novos participantes achem bons riscos de crédito.

"O spread brasileiro é ponto fora da curva. O BC está trabalhando em alguns desses pontos. Agora é verdade também que temos, hoje, níveis de concentração que estão impedindo que haja concorrência para forçar o spread para baixo quando há demanda", conclui Volpon.

Com recuo de 5,4% na região Sul, PIB do agronegócio deve crescer só 0,7% no ano **Valor Econômico - 24/04/2018**

A riqueza gerada pela agricultura e pela avicultura na região Sul vai encolher neste ano e será responsável, ao lado do desempenho mais modesto do Centro-Oeste, pelo menor crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário do país.

O PIB do agronegócio deve encolher 5,4% no Sul este ano, após crescer 10,9% no ano passado, de acordo com estudo da consultoria Tendências. O setor deve gerar menos riquezas nos três Estados da região: Paraná (-3,5%), Santa Catarina (-2%) e Rio Grande do Sul (-6,6%).

"O PIB agropecuário no Sul vai ser afetado pela menor safra de milho, o que tende a gerar pressão de custos para o setor granjeiro, já que o grão faz parte da ração de aves e suínos, especialidades da região", disse Felipe Novaes, analista da consultoria.

A agropecuária não deverá, dessa forma, ser um indutor do crescimento do PIB como foi em 2017, um ano de safra recorde. A expectativa da consultoria é que o PIB agropecuário do país como um todo cresça 0,7%, bem abaixo do crescimento de 13% registrados no ano passado pelo IBGE. O setor pesa 5,3% no PIB.

O PIB agro do Centro-Oeste também vai perder ímpeto, ainda que tenda a se manter em terreno positivo. De acordo com a Tendências, o valor adicionado do setor agropecuário deve crescer apenas 0,6% na região, após alta de 21,9% no ano passado.

Segundo Novaes, a produção de milho - uma das principais culturas da safra brasileira de grãos - também será menor no Centro-Oeste, conforme a mais recente previsão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Já a previsão para a soja da região segue positiva e ajuda a manter o PIB agro da região em campo positivo.

"O Centro-Oeste tem o agronegócio mais vinculado ao grão. E, apesar do menor volume previsto de produção de grãos neste ano, os preços devem agir favoravelmente ao produtor, com maior demanda asiática por grãos, alta de preços de commodities agrícolas", disse Novaes.

Das quatro unidades da federação do Centro-Oeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ainda terão PIB agropecuário positivo, com alta de 2,4% e 2% este ano, frente a 2017, respectivamente, de acordo com a previsão da Tendências. Goiás e Distrito Federal, por sua vez, devem ter estabilidade e queda de 0,6%, respectivamente.

A riqueza gerada pelo agronegócio no Sudeste, por outro lado, deve se acelerar neste ano, com avanço de 4,7%, em comparação à queda de 0,9% do ano passado. O desempenho melhor está relacionado à expectativa de crescimento no abate de bois, especialmente no interior de São Paulo, e de uma safra de café favorável em Minas Gerais e Espírito Santo.

"Outra atividade importante no Sudeste é o de cana-de-açúcar, mas que neste ano não deve ter resultado bom. O setor passou por um período alta de endividamento, usinas tiveram resultados operacionais que impediram investimentos. Isso vai se converter em menor produtividade na cana", disse ele.

O PIB agro do Estado de São Paulo tende a crescer 5,8% neste ano, segundo a Tendências. O agronegócio representa algo como 1,6% da economia estadual e será beneficiado pelo abate de bois. Em Minas Gerais, onde representa cerca de 5% da economia, o avanço do PIB agropecuário será de 6,8%.

Das 27 unidades da federação, o PIB agropecuário deverá crescer em 23. Considerando o peso do agronegócio nas economias locais, dois Estados nordestinos destacam-se nas projeções: Alagoas (8,8%) e Maranhão (5,3%). Nesses Estados, o agronegócio representa mais de 10% da atividade econômica.

"Não podemos dizer para o Brasil como um todo que agronegócio vai ser um indutor de crescimento relevante, mas isso é menos verdade para a média do Nordeste", disse Novaes.

De acordo com as projeções, a riqueza gerada pela agropecuária vai crescer 4,3% na região Nordeste neste ano. Os Estados da região agrícola chamada de "Matopiba" - acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia - serão beneficiados por uma safra de soja maior neste ano.

Para a região Norte, a consultoria prevê crescimento de 2,3% do PIB agropecuário em 2018. O destaque local será o Amapá, com alta prevista de 7,1% neste ano.

Juros devem cair mais

Correio Braziliense - 24/04/2018

O Banco Central deve cortar a taxa Selic em 0,25 ponto percentual na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que ocorre em maio, mas o presidente da instituição, Ilan Goldfajn, reforçou que os “próximos passos” dependerão da evolução das expectativas da inflação, da atividade econômica e do balanço de risco. A autoridade monetária está de olho nas eleições deste ano e no cenário político-econômico de 2019.

Os juros estão em 6,5% ao ano. A intenção do BC é diminuir a taxa para 6,25% ao ano e fazer uma interrupção “adequada”. Segundo ele, a Selic já está num patamar estimulante para a atividade econômica, o que justificaria a interrupção. Apesar disso, os indicadores mostraram que a retomada ainda está em passos lentos. Alguns analistas defendem que a economia perdeu “fôlego”, tanto é que o mercado baixou pela quarta vez consecutiva a projeção do Produto Interno Bruto (PIB) desde ano, chegando a 2,75%.

Ontem, a moeda americana fechou no maior patamar desde dezembro de 2016, cotado a R\$ 3,451 após avanço de 1,2%. No acumulado de abril, registrou alta de 4,05%. De acordo com economistas ouvidos pelo BC, o câmbio ficará em R\$ 3,33 ao término de 2018.

Preços ao Consumidor desaceleram

DCI - 24/04/2018

O Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) desacelerou de 0,35% na segunda quadrissemanada de abril para 0,32% na terceira leitura do mês, conforme a Fundação Getulio Vargas (FGV) informou ontem (23).

Das oito classes de despesas analisadas pela FGV, quatro tiveram alívio no período: Habitação (0,44% para 0,30%), Alimentação (0,28% para 0,23%), Educação, Leitura e Recreação (0,13% para 0,02%) e Transportes (0,26% para 0,24%).

Já os segmentos que registraram aceleração entre a segunda quadrissemana de abril e a terceira medição do mesmo mês, segundo levantamento desta segunda-feira foram Saúde e Cuidados Pessoais (ao passar de 0,73% para 0,98%), Vestuário (0,44% para 0,47%), Comunicação (0,05% para 0,07%) e Despesas Diversas (-0,03% para -0,01%).

Produção cresce e emprego fica estável na indústria, diz CNI

DCI - 24/04/2018

A produção aumentou e o emprego ficou estável na indústria brasileira em março. É o que indica a Sondagem Industrial divulgada ontem (23) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com a entidade, o crescimento foi mais intenso do que o usual para o mês. O índice de evolução da produção, de 55,2 pontos, ficou 8,7 pontos acima do de fevereiro e é 2,1 pontos maior do que a média histórica dos meses de março. Os indicadores da Sondagem variam de zero a 100 pontos. Quando estão acima de 50 pontos indicam aumento da produção e do emprego no setor.

O índice de evolução do número de empregados permaneceu estável em 49,6 pontos. Segundo a CNI, como está próximo da linha divisória dos 50 pontos, indica que o número de empregados apresentou estabilidade de fevereiro para março. Esse foi o segundo mês seguido de estabilidade após uma sequência de quedas. O nível de estoques ficou em 50,6 pontos, pouco acima da linha de 50 pontos, indicando que estoques estão levemente acima do planejado. O uso da capacidade instalada subiu de 64% em fevereiro para 66% em março.

Setor automotivo defende conteúdo local em acordo entre Mercosul e UE

DCI - 24/04/2018

Agentes do setor automotivo brasileiro concordam que a exigência de conteúdo local no Mercosul é o melhor caminho para zerar, no longo prazo, as tarifas de importação em um possível acordo de livre comércio com a União Europeia. Executivos e dirigentes esperam novidades para breve.

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, defendeu a proposta de conteúdo local no Mercosul, desde que fique limitada a 60% das peças que compõem os veículos. “Todo acordo de livre comércio tem uma regra de conteúdo local, isso é absolutamente natural. O pleito da Anfavea é que essa taxa não passe de 60%”, disse.

Nas negociações com a União Europeia, o Mercosul, em troca de zerar as tarifas de importação de carros (hoje em 35%) em doze anos, exige que 60% das peças dos veículos sejam fabricadas dentro dos países do bloco.

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Dan Ioschpe, avalia que a ideia de “ser competitivo primeiro e depois partir para integração” não funcionou. “A indústria

tem que melhorar sua competitividade em um ambiente de integração, sem proteção do governo”, opina.

Para o presidente da Volkswagen América do Sul, Pablo Di Si, a questão do conteúdo local está bem encaminhada e novidades devem sair neste ano em relação a uma proposta formal do Mercosul, com possível aceitação pela União Europeia.

Megale acredita que o tratado de livre comércio entre os dois blocos deve correr paralelamente às discussões sobre o Rota 2030 e o futuro do Flex, acordo automotivo entre Brasil e Argentina, que prevê que os brasileiros poderão vender, com isenção de impostos, no máximo US\$ 1,50 para cada US\$ 1 importado dos argentinos. “Há um grande interesse de convergência, mas temos que lembrar que o acordo não é entre Brasil e UE, e sim entre Mercosul e o bloco”, ressaltou.

O presidente da General Motors (GM) Mercosul, Carlos Zarlenga, diz que a indústria automotiva é global e que sempre defendeu o livre comércio. Ele ressaltou, por outro lado, que o mercado sul-americano não pode se abrir sem estar atrelado a reformas importantes. “É fundamental trabalharmos hoje para termos previsibilidade sobre o que vai acontecer a partir de 2020”, comentou em seminário da editora AutoData.

Nesta terça-feira (24), executivos do setor seguem juntamente com representantes da Anfavea para reunião com o presidente Michel Temer para tratar do Rota 2030. O programa, que substitui o Inovar-Auto (cujo prazo de vigência venceu no último dia 31 de dezembro), espera ser um incentivo aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento pelas montadoras.

“O plano exige que sejam investidos R\$ 5 bilhões em P&D, para que a empresa receba cerca de R\$ 1,5 bilhão de renúncia fiscal do governo. O programa faz parte de um conjunto de medidas para estimular a nossa manufatura”, explicou o secretário de desenvolvimento e competitividade industrial do Ministério do Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Igor Calvet.

O secretário também reafirmou a importância da indústria automotiva para a economia. “Além da massa enorme de trabalhadores, a arrecadação do setor é enorme. Em 2016, chegou a mais de R\$ 40 bilhões”, frisou.

Flex

Os executivos do setor também estão preocupados com a falta de horizonte para além do fim do acordo Flex, previsto para março de 2020. Pablo Di Si aponta que alguma clareza deve surgir no segundo semestre e que o tratado deve mudar sua proporção de US\$ 1,50 até US\$ 2 no longo prazo.

De acordo com o presidente da Toyota Argentina e membro do comitê executivo da Asociación de Fábricas de Automotores (Adefa), Daniel Herrera, Brasil e Argentina deveriam harmonizar suas normas regulatórias para o setor em nome de uma maior eficiência comercial. “Se tivéssemos um regime

automotivo comum, poderíamos decidir as maneiras de crescer de forma mais equilibrada para ser sustentável no longo prazo”, apontou.

PIB potencial do Brasil está em torno de 2% e salto só vem com reformas

DCI - 24/04/2018

O Produto Interno Bruto (PIB) potencial do Brasil está em torno de 2% e 2,5% e pode aumentar para 3% com reformas fiscais e expansão de investimentos em infraestrutura, avaliam consultorias.

O PIB potencial é a capacidade da economia de um país crescer sem gerar pressões inflacionárias. Por outro lado, a economista da Tendências Consultoria, Alessandra Ribeiro, ressalta que somente uma ampla reforma tributária pode fazer com que o Brasil eleve de forma significativa esse indicador, ampliando-o para 4%.

“Aqui não estamos falando de uma reforma muito pontual, cosmética, como as mudanças no PIS/Cofins. Mas de uma mudança tributária mais ‘parruda’, que inclua a criação de um IVA [Imposto sobre Valor Agregado], por exemplo. Neste cenário, pelas nossas simulações, seria possível alcançar um PIB potencial de 4%”, diz Ribeiro.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou que a melhora do resultado fiscal, atração de investimentos e mudanças tributárias poderiam elevar o PIB potencial do País para 3,5% a 4%. Sem isso, destacou ele, dificilmente a economia brasileira terá expansão maior que 2% ao ano.

Por enquanto, a especialista da Tendências indica que o Brasil tem capacidade de crescer até 2%, sem gerar desequilíbrios. Porém, se o próximo governo conseguir dar andamento às reformas fiscais, principalmente a da Previdência Social, e à agenda de concessões na área de infraestrutura, o PIB potencial brasileiro pode chegar a 3%.

Ribeiro pontua que a reforma tributária é importante para aumentar essa taxa, pois o sistema atual do País produz muita ineficiência na alocação de recursos. Uma fábrica, por exemplo, decide se instalar em um determinado estado mais pelos incentivos fiscais que este oferece, do que pelas condições adequadas (de infraestrutura) para o desenvolvimento do seu negócio. Ribeiro cita, inclusive, que há estudos que indicam que a reforma tributária feita na Índia, em 2017, terá capacidade de incrementar dois pontos percentuais na taxa do PIB potencial do país.

Abertura comercial

O economista da GO Associados, Luiz Fernando Castelli, calcula que o PIB potencial do Brasil, atualmente, gira em torno de 2% a 2,5% e que, na década passada, esse intervalo era de 2,5% a 3%. Ele também elenca as reformas

fiscais, o investimento em infraestrutura e a reforma tributária como essenciais para elevar o indicador potencial de 3% a 3,5%.

Castelli acrescenta que a abertura comercial do País é outro ponto relevante. Segundo ele, quanto maior o acesso das empresas nacionais às tecnologias de outros países, maior será a produtividade do trabalho, o que, por sua vez, aumenta a capacidade da economia de crescer.

O economista da GO observa que mudanças na produtividade do trabalho são importantes, porque a população economicamente ativa (PEA) tende a reduzir a sua taxa de expansão a partir de 2020, o que diminui a capacidade do PIB potencial de avançar via crescimento da mão de obra.

O economista da Pezco Economics, Helcio Takeda, por sua vez, diz que a elevada ociosidade gerada pela recessão, ao tornar mais lento o processo de recolocação dos trabalhadores no mercado, limita a expansão do PIB potencial. Uma pessoa, por exemplo, que durante os dois anos de crise não conseguiu ser empregada, possui um atraso com relação às mudanças tecnológicas do período. “Esse cenário posterga a melhoria da produtividade”, diz Takeda.

MP vence sem alterar reforma trabalhista

O Estado de S. Paulo - 24/04/2018

Venceu ontem a medida provisória que ajustava pontos da reforma trabalhista como o trabalho insalubre de grávidas e a quarentena do trabalhador intermitente. Agora, o governo estuda como fazer eventuais mudanças na lei. Se não houver definição, casos terão de ser definidos na Justiça do Trabalho.

Sem qualquer mobilização do Congresso Nacional, a medida provisória que alterava pontos da reforma trabalhista caducou ontem. Com isso, volta a valer, por exemplo, o que a nova legislação determina para itens como o trabalho insalubre de grávidas e lactantes. A lei, que entrou em vigor em novembro, não impede que elas trabalhem sujeitas à insalubridade. Governistas dizem que o Palácio do Planalto estaria estudando ajustes, mas a percepção é de que mudanças mais amplas nas regras devem ficar em segundo plano com a agenda eleitoral.

Fonte que acompanha o tema disse ao Estadão/Broadcast que a área jurídica do governo estuda se e como pode fazer eventual ajuste. O tema foi debatido em reunião do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, com assessores jurídicos e representantes do Congresso ontem à noite. Por enquanto, prevalece o entendimento de que é preciso um projeto de lei para alterar os pontos que já foram incorporados à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Ao contrário da medida provisória, que entra em vigor imediatamente após a publicação, o projeto de lei tem de passar por análise e votação do Congresso. Por isso, a tendência, segundo Padilha informou ao Estado após o encontro, é que o governo opte por um ajuste pontual que independa de aval do

Legislativo. Segundo ele, deve ser editado um decreto para regulamentar o trabalho intermitente. Porém, não há prazo para que isso ocorra. A alternativa do decreto foi informada também em nota pelo Ministério do Trabalho. A pasta também citou a possibilidade de editar portaria ou normativo próprio.

O texto que caducou ontem foi fruto de acordo político entre Executivo e Senado. Para aprovar a reforma mais rapidamente e sem alteração, o governo prometeu ajustar pontos reclamados por senadores, inclusive da base governista, em uma MP. Esses tópicos davam mais proteção ao trabalhador. A pressa do Planalto era para concentrar forças na tramitação da reforma da Previdência. A MP foi editada, mas empacou no Congresso.

O fiador do acordo para a reforma foi o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDBRR), que ontem lavou as mãos e culpou a Câmara pelo desfecho. “O compromisso do governo foi feito ao enviar a MP, mas, por disputas políticas, o projeto não tramitou na Câmara”, disse em nota. Segundo ele, o governo “analisa o que fará com a MP” e, ao prometer “fazer o que for necessário para que haja complementação da reforma”, não descarta decreto ou até nova MP.

A tramitação de qualquer iniciativa que requer aprovação do Congresso exige compromisso político dos parlamentares. E essa é uma hipótese que parece distante, pois o projeto teria de ser votado pelo mesmo parlamento que ignorou a MP. O relator da reforma na Câmara, Rogério Marinho (PSDB-RN), diz que “não há clima” para aprovar medida desse tipo no Congresso. Ele defende que as novas regras vigorem “em sua plenitude” e que a sociedade espere “um ou dois anos” para avaliar se é necessário ajustar pontos da lei.

Se não houver reação do Executivo ou Legislativo, a Justiça do Trabalho deve voltar a ganhar protagonismo no esclarecimento de trechos da nova lei que já são questionados no mundo jurídico e foram esclarecidos na MP que caducou. Um dos artigos deixava claro que a reforma se aplicava na integralidade a todos os contratos, novos ou antigos. Caso o Executivo e Legislativo não cheguem a um entendimento, especialistas dizem que a opinião da Justiça voltará a exercer papel importante.

“A reforma tentou diminuir a litigiosidade, mas acho que infelizmente o meio político cometeu um erro e o litígio pode voltar a crescer. Se trechos não forem esclarecidos por lei, a jurisprudência voltará a ditar o entendimento”, diz o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região, Flávio Sirangelo. Para ele, o cenário reforça o protagonismo do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que já estuda o tema e deve se posicionar sobre pontos da reforma.

MP perde validade e expõe letargia dos poderes

Valor Econômico - 24/04/2018

A letargia do Congresso e Executivo evidenciam fragilidade da democracia brasileira, aponta coluna de Maria Cristina Fernandes na CBN.

A medida provisória 808, sobre a Reforma Trabalhista, perdeu a validade nesta segunda-feira, dia 23, porque não foi apreciada pelos parlamentares. Sem o texto, condições de trabalho para determinados segmentos torna-se ainda mais precária.

Jucá: governo analisa decreto ou nova MP sobre reforma trabalhista

Valor Econômico - 24/04/2018

Líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR) afirmou nesta segunda-feira que o governo está analisando a edição de um decreto ou a edição de uma nova Medida Provisória (MP) para regulamentar pontos da reforma trabalhista.

A MP que havia sido editada ainda no ano passado com esse objetivo perde a validade a partir de hoje. A proposta virou alvo de disputa entre o Senado e a Câmara dos Deputados e não caminhou no Congresso.

“O governo está analisando a edição de um decreto ou até mesmo uma nova MP. O compromisso do governo foi feito ao enviar a MP mas, por disputas políticas, o projeto não tramitou na Câmara”, recordou Jucá, ressaltando que o governo fará algo a respeito. “Há um vácuo pelo fato da MP ter caducado, mas o governo fará o que for necessário para que haja uma complementação da reforma trabalhista”.

Lei trabalhista enfrenta impasse

O Globo - 24/04/2018

A medida provisória (MP) 808, que alterava pontos polêmicos da reforma trabalhista, como jornada intermitente, perdeu a validade. Agora, as expectativas se voltam para o Supremo Tribunal Federal (STF), que começa, no dia 3 de maio, a julgar uma ação que pode ter impactos diretos sobre a mudança nas leis do trabalho. Apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), ela pede a suspensão dos artigos da nova legislação que restringem o acesso dos trabalhadores à Justiça. A PGR avalia, por exemplo, que a exigência de pagamento dos custos com advogados da empresa pelos trabalhadores que perderem uma causa na Justiça acaba sendo uma forma de restrição. Pela reforma, mesmo quem não tem condições financeiras de arcar com honorários advocatícios e recorre à defensoria pública tem de arcar com o ônus se conseguir ganhar em outro processo.

O fim da validade da MP 808 representa insegurança jurídica para o mercado de trabalho. O julgamento no STF foi marcado pela presidente da Corte, Carmén Lúcia, e é aguardado com expectativa por ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que decidirá entre o fim de maio e início de junho

se a nova legislação se aplica aos contratos e processos anteriores a 11 de novembro de 2017, quando as mudanças na CLT entraram em vigor.

Na visão de alguns ministros do TST, o chamado honorário de sucumbência (quando o trabalhador perde a causa e tem de arcar com as custas processuais) é inconstitucional.

— O acesso à Justiça é um direito de todo o cidadão e está expresso na Constituição — disse uma fonte a par do assunto, argumentando que metade das causas trabalhistas se referem ao pagamento de direitos básicos, como 13º salário e férias.

Segundo essa fonte, artigos da reforma restringem o acesso dos cidadãos à Justiça, principalmente os mais pobres. Esse foi o argumento usado pelo ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que será julgada pelo STF. Ele questiona também o pagamento, pelo trabalhador, das despesas com perícias médicas, quando solicitadas pelo juiz, bem como dos custos se a ação for arquivada por não comparecimento nas audiências.

O relator da ADI é o ministro Luís Roberto Barroso, que pediu esclarecimentos ao governo e encaminhou o processo ao plenário, sem acatar o pedido de liminar. No posicionamento, a União alegou que a reforma não cerceia o acesso à Justiça porque permite gratuidade a quem realmente precisa. Além disso, impõe responsabilidades das partes, evitando uma enxurrada de ações e desafogando o Judiciário.

A reforma já provocou uma redução drástica dos processos, segundo balanço do TST. entre janeiro e março deste ano, houve queda de 45,4%.

— Os processos trabalhistas ganharam mais racionalidade. Ainda que a reforma deixe dúvidas em um conjunto de temas, o risco de quem gera emprego reduziu bastante — disse o especialista em trabalho Emerson Casali.

Jucá: governo fará o que for preciso

Enquanto isso, o Executivo estuda o que pode fazer por decreto e portaria, ou mesmo por uma nova MP, na tentativa de regulamentar questões que ficaram no limbo com a caducidade da 808.

— Há um vácuo pelo fato de a MP ter caducado, mas o governo fará o que for necessário para que haja uma complementação da reforma trabalhista — afirmou o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Sem a MP, várias questões ficaram pendentes, como jornada intermitente, trabalho de grávidas em local insalubre e até a arrecadação da União.

Apesar disso, o professor da USP Hélio Zylberstajn diz que a caducidade da MP terá poucas implicações para os trabalhadores de forma geral, porque regulamentava questões específicas:

— Nenhuma empresa vai substituir todo o seu quadro de pessoal por intermitentes, nem por grávidas. A lei não mexeu na essência da CLT, que é a caracterização do vínculo empregatício.

Já o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, avalia que a queda da MP aumenta a precaridade dos diretos trabalhistas.

Servidores contra adiamento de reajuste

Correio Braziliense - 24/04/2018

Se o adiamento para 2020 do reajuste salarial dos servidores públicos — previsto para 2019 — é uma opção para o governo evitar a paralisação da máquina por falta de investimento, não é visto com bons olhos por representantes dos funcionários. Sérgio Ronaldo da Silva, diretor da Condsef, classificou a medida como negativa e afirmou que, se o governo tentar adiar o reajuste novamente, haverá reação por parte dos representantes do setor. “Eu acho que estão tentando gerar frases de impacto para continuar com a mesma cantilena de que o servidor público gera despesas”, afirmou. Segundo o governo, o déficit previsto para 2019 é de R\$ 254,3 bilhões.

No último sábado, os ministros da área econômica Esteves Colnago (Planejamento) e Eduardo Guardia (Fazenda) confirmaram que a medida está em estudo e que, com a postergação do aumento, a expectativa é de economia de cerca de R\$ 5 bilhões. De acordo com Guardia, a decisão será tomada somente em agosto, quando o governo encaminhará ao Congresso o Orçamento do próximo ano.

Para o presidente do Sindireta-DF, Ibrahim Yusef, a medida é “precipitada”, já que haverá uma eleição e um novo governo a partir de janeiro. “Não sabemos como vai ser a política salarial. Se vai ser de arrocho ou não.” Ele defende que a categoria mostre aos agentes políticos a real necessidade de uma política de reajuste salarial, “inclusive para repercutir na economia”, disse. Na opinião de Yusef, os aumentos salariais colocam a economia para girar e ajudam a reaquecê-la. “Se está havendo recessão, o governo tem que achar uma forma de reaquecer a economia. Eu acredito que eles estejam na contramão de tirar o país do atoleiro”, afirmou.

A última tentativa do governo de adiar o reajuste dos servidores esbarrou no Supremo Tribunal Federal (STF). Por meio de uma liminar, concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, a medida provisória (MP), editada no fim do ano passado, que postergava o aumento de 2018 para 2019, foi suspensa. A MP perdeu a validade no início de abril sem ser votada pelo Congresso ou analisada pelo pleno do STF. O ministro da Fazenda avalia que, mesmo com uma rejeição da medida pelo Congresso atual, o cenário do próximo ano deve mudar e existe a possibilidade de que o novo presidente aprove a proposta.

O professor de administração pública da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Piscitelli defende mudanças na forma atual de ajustes salariais. Ele explica que os reajustes contemplam apenas um segmento da economia. “Parece que ajuste só existe para servidor público”, critica.

Piscitelli reconhece, entretanto, que o impacto de uma medida como essa para a economia do Distrito Federal será grande. “Somos uma economia que depende desse tipo de atividade. E a falta de reajuste tem uma influência muito grande”, explicou. Segundo ele, essa medida, se tomada, pode impactar a economia do DF na proporção que o serviço público influencia na renda geral da cidade.

MP que altera Reforma Trabalhista perde a validade **Convergência Digital - 24/04/2018**

A Medida Provisória 808/2017, que modifica diversos pontos da lei que instituiu a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) perde a validade nesta segunda-feira, 23/04. O texto não foi analisado pela comissão mista, que não chegou a ter um relator eleito. O posto caberia a um deputado.

O texto contém mudanças de 17 artigos da reforma trabalhista e fazia parte de um acordo firmado pelo presidente da República, Michel Temer, com os senadores quando o projeto da reforma foi votado na Casa, em julho de 2017. Entre os assuntos tratados estão os trabalhos intermitente e autônomo, a representação em local de trabalho, as condições de trabalho para grávidas e lactantes e a jornada 12x36, entre outros pontos.

A MP chegou a receber 967 emendas, a grande maioria teve o chamado trabalho intermitente como alvo. Deputados da oposição buscavam revogar a novidade ou garantir mais direitos ao trabalhador nestes casos.

Falta de negociação

O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator do projeto de reforma na comissão especial, disse que houve demora de quatro meses na instalação da comissão, além de falta de acordo com os deputados. "Não houve negociação com o Congresso. Houve negociação com a base do governo no Senado da República. O Congresso é o Senado e a Câmara Federal", afirmou.

Para o vice-presidente do colegiado, deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), é preciso haver um novo acordo, com uma nova medida provisória ou um projeto de lei. Ele assumiu os trabalhos da comissão depois de o senador Gladson Cameli (PP-AC), eleito como presidente, renunciar pouco depois de assumir o cargo.

Segundo o líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), agora é preciso aguardar o encaminhamento do Executivo. Ele reforçou, porém, que cada comissão tem autonomia e ritmo próprios.

A MP 808 foi publicada no mesmo dia em que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, defendeu, em entrevista, que os ajustes à reforma trabalhista fossem encaminhados por projeto de lei e não por medida provisória.

Reforma trabalhista mantém pontos polêmicos, com fim da MP

Tele.Síntese - 24/04/2018

A Medida Provisória 808/17, que pretendia atenuar alguns dos pontos polêmicos da reforma trabalhista aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional perdeu hoje, 23, a validade. Isso significa que, enquanto não houver uma nova ação legislativa, prevalece integralmente a legislação do ano passado, que precisará ser regulamentada por Decreto.

Entre os pontos polêmicos que continuarão a ter validade estão aqueles que autorizam as grávidas a trabalhar em locais insalubres (só conseguirão dispensa em caso de comprovação médica). O trabalho intermitente também não terá as mudanças propostas na MP. A Medida Provisória proibia que a empresa demitisse o trabalhador com contrato normal e o recontratasse imediatamente pelo regime intermitente – a remuneração se dará por hora trabalhada -. Agora, essa medida poderá ser adotada pelas empresas.

Há ainda a possibilidade de jornadas de 12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso serem negociadas diretamente entre empregador e empregado por acordo individual escrito. A MP restringia essa possibilidade ao setor de saúde. Agora, passa a valer para qualquer tipo de empresa.

Oportunidades do protecionismo de Trump

O Estado de S. Paulo - 24/04/2018

Ives Gandra da Silva Martins e Antonio Carlos Rodrigues do Amaral

Onde estarão as oportunidades da escalada protecionista nos EUA e como daí construir uma agenda exportadora positiva para o Brasil? A desorganização do comércio internacional é perigosa, como a História demonstra, mas apresenta boas chances para um país que exporta pouco como o Brasil. Embora a desarmonia possa ser ameaçadora, não é essa a visão acolhida pela recém-lançada política comercial de 2018, a Trade Policy Agenda (TP) de Trump. Indicando a China como a grande adversária econômica, a TP afirma que o intervencionismo estatal chinês é incompatível com uma economia de mercado, erroneamente reconhecida como tal pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os EUA declararam o fim da rodada Doha de 2001, que visava a ampliar o comércio com a redução das barreiras à exportação, especialmente na

agricultura. Em 2018 os desafios são mais amplos, incluindo também comércio digital, propriedade intelectual, realinhamento de regras de acesso a mercados, distorções nos tratados multilaterais, nos meios de solução de controvérsias da OMC e as distorções da economia chinesa. O protagonismo da China como maior importador e exportador global impõe uma nova agenda comercial planetária. A TP reconhece a importância da OMC, mas afirma que o multilateralismo deve ser ajustado para reequilibrar os negócios internacionais, considerando a relevância dos EUA como a maior e uma das economias mais abertas do planeta. Indica que revisarão acordos, como do Nafta e da Coreia do Sul, além de aperfeiçoar sua rede de acordos bilaterais.

A TP enfatiza o “America first”, mas não indica “America only”. Mundialmente, em 2017 os EUA exportaram US\$ 2,3 trilhões e importaram US\$ 2,9 trilhões. Compraram da China US\$ 506 bilhões e lhes venderam apenas US\$ 130 bilhões. Exportaram insumos para montagem de baixo custo pelos chineses e compraram produtos acabados de alto valor agregado. É um desajuste que Trump pretende corrigir, pois o baixo custo de industrialização chinês seria decorrente do dirigismo estatal, e não das regras de mercado. A China promete retaliar as novas práticas norte-americanas.

E como fica o Brasil nesse conflituoso cenário internacional?

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (Seae) do governo federal, coordenada pelo professor de Harvard Hussein Kalout, no recente relatório Abertura Comercial para o Desenvolvimento Econômico aponta que o Brasil é uma das economias mais fechadas do mundo, que apura ganhos reduzidos no comércio internacional, é ineficiente e com baixos níveis de bem-estar. Assinala como solução a abertura comercial, com a redução de barreiras tarifárias e não tarifárias, a modernização do regime regulatório e a criação de políticas públicas para requalificação da mão de obra. Em médio e longo prazos, conclui a Seae, haverá ganhos substanciais na criação de empregos e na produtividade, com mais inovação e competitividade, além de melhorar a qualidade da mão de obra e dos bens e serviços ofertados, com a redução do nível geral de preços em benefício das empresas e da população.

O Brasil importa 85% de manufaturados e exporta apenas 37% nessa categoria. Estando fora das cadeias globais de valor, exporta sobretudo produtos básicos de baixíssimo valor agregado. Se os preços das commodities caem, o impacto negativo é imediato. A China, maior parceiro comercial do Brasil, em 2017 comprou US\$ 50,2 bilhões, principalmente matérias-primas brutas como minério de ferro e soja, e nos vendeu US\$ 27,9 bilhões de produtos industrializados sofisticados, como peças de televisão, computadores e celulares. Como o preço dos eletrônicos chineses é beneficiado pelas distorções da sua economia, e os brasileiros sofrem com burocracia, complexidade normativa, tributos elevados e insegurança jurídica, há perda de competitividade para a indústria nacional e desincentivo à inovação, à pesquisa e à qualificação da mão de obra. Os EUA, segundo maior parceiro comercial brasileiro, compraram US\$ 26,9 bilhões, principalmente de produtos industrializados, e nos venderam bens no valor de US\$ 24,8 bilhões. A

qualidade da exportação brasileira para os EUA é, assim, substancialmente superior à que se faz para a China.

Os EUA importarão menos dos chineses, já impondo novas tarifas para aço, produtos farmacêuticos, peças de aviação, semicondutores, máquinas, motos e lava-louças. Em retaliação, a China importará menos dos EUA, com restrições a etanol, commodities, incluindo frutas, e carne suína, entre outros. Abre-se assim uma janela de oportunidade para incremento das exportações brasileiras para ambos os mercados e que ainda são muito reduzidas. Os EUA, a maior economia mundial, apregoaram a disposição de negociar com seus parceiros. A Seae convida o Brasil, uma das economias mais isoladas, à abertura comercial, que é o que os EUA desejam de suas contrapartes. E ampla pesquisa de 2017 da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) aponta que quase 70% das empresas brasileiras consultadas indicam os EUA como prioridade para sua internacionalização.

Há um universo riquíssimo a ser explorado com os EUA para o crescimento das exportações, expansão dos negócios e ampliação dos investimentos norte-americanos no Brasil. Um dos pilares da TP é a negociação de melhores acordos comerciais e o pedido de renovação da Trade Promotion Authority do presidente até 2021. Isso demandará uma atuação pragmática, expressiva, ativa e abrangente do governo brasileiro. Se o protecionismo é o tônus atual dos EUA, há oportunidades e a necessidade de se ampliarem construtivamente as ações e gestões bilaterais, que serão exigentes e complexas, para o bem do setor exportador e da sociedade brasileira.

EUA e China reduzirão o comércio bilateral, o que possibilita o incremento das nossas exportações.

Ajuste fiscal e crescimento econômico **O Estado de S. Paulo 24/04/2018**

Felipe Salto e Josué Pellegrini

Os dados sinalizam melhora da economia. Considere a média dos três meses encerrados em fevereiro, em relação à média do trimestre concluído em novembro. A produção industrial sobe 2,0%; o IBC-Br (prévia do PIB), 1,0%; o comércio, 0,7%; e os empregos, estacionados, mas com demissões caindo a 0,4%. Para sustentar a recuperação será preciso redobrar o cuidado com as contas públicas. Essa é a prioridade, conforme diagnóstico da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal. Qual o tamanho do ajuste requerido? O cumprimento da Emenda Constitucional n.º 95, de 2016, que define a inflação do ano anterior como teto para o aumento dos gastos federais a cada ano, impõe queda nessas despesas dos atuais 19,5% para 15,2% do PIB até 2030.

Neste cenário, a dívida pública bruta subirá dos atuais 75,1% para 86,6% do PIB, em 2023, mas cairá paulatinamente nos anos seguintes. Sem o referido ajuste, a dívida manterá a tendência atual de crescimento (estava em 51,5%, ao fim de 2013), o que, em certo momento, trará dúvidas a respeito da

solvência do setor público. Os financiadores da dívida perceberão risco crescente associado ao cumprimento das obrigações do governo e, assim, exigirão juros cada vez mais elevados para financiar os déficits e refinar a dívida vincenda.

Além de evitar a degradação do ambiente econômico, o ajuste pode apoiar ainda um círculo virtuoso de relações macroeconômicas: o corte de gastos reduz a pressão sobre a demanda da economia vis-à-vis a oferta de bens e serviços, ajudando a controlar os preços médios do País. Neste cenário, os juros diminuem, o que incentiva o direcionamento do crédito para investimento e consumo. As taxas de juros mais baixas facilitam também o controle da expansão da dívida pública, como proporção do PIB, ao diminuir o resultado primário (receitas menos despesas, exceto juros devidos) requerido para estabilizá-la. Para exemplificar, a redução da Selic, de 14,25% ao ano, em setembro de 2016, para os atuais 6,5%, representa economia com juros brutos de quase 3% do PIB, em 12 meses.

Ajustes fiscais se processam por meio de aumento de receitas ou corte de gastos públicos. No Brasil, a experiência mostra que a primeira alternativa tem sido a preferida. Por isso, o País caracteriza-se por elevadas receitas e despesas públicas em relação ao PIB, comparativamente ao que se observa em países em estágio similar de desenvolvimento econômico.

A ênfase agora precisa recair sobre os gastos. Mas o ajuste não poderá vir simplesmente do corte de despesas discricionárias, pois a margem nessa área vem diminuindo ano a ano. A principal vítima dessa estratégia são os investimentos federais, que despencaram 30%, em 2017. Por isso, é hora de rever programas ineficientes; reduzir desonerações tributárias que não geram impacto social e econômico; reformular a administração pública; e batalhar pela reforma nos gastos obrigatórios. Só em renúncias fiscais, o governo federal deixou de arrecadar 4,2% do PIB, em 2017. Com pessoal, incluindo inativos, outros 4,3% do PIB em gastos, enquanto a Previdência acresce mais 8,5% do PIB na conta.

Do lado da arrecadação, a receita extraordinária poderá ajudar, mas não na dimensão observada em 2017. A receita impulsionada pela recuperação da economia deverá ser o fator preponderante, o que já vem ocorrendo, em certa medida. O que precisa ser evitado é concentrar o reequilíbrio fiscal em medidas tributárias, um balde de água fria sobre o crescimento econômico, em um país com carga tributária muito elevada.

Os números não deixam muito espaço para criatividade. A política tem seu tempo, mas a economia também. O ajuste fiscal definirá a rota do País entre dois caminhos: o círculo virtuoso, com ajuste fiscal e crescimento econômico; ou o vicioso, do desequilíbrio fiscal e estagnação, para dizer o mínimo.

Os números não deixam muito espaço para criatividade. A política tem seu tempo, mas a economia também.

VIII Cúpula das Américas

O Estado de S. Paulo - 24/04/2018

Rubens Barbosa

A VIII Cúpula das Américas transcorreu em Lima (Peru), na semana passada, em meio a crises que contribuíram para o seu esvaziamento. O temor de uma escalada militar no Oriente Médio após os ataques cirúrgicos dos Estados Unidos na Síria e a situação da Venezuela monopolizaram a atenção dos presidentes do Hemisfério.

Pela primeira vez desde que foi criada, em 1994, por iniciativa de Washington, o chefe de Estado norte-americano não esteve presente. E pela última vez Cuba foi representada por Raúl Castro, que logo em seguida passou o governo para seu sucessor, Miguel Díaz-Canel.

A maior parte dos governantes da região manifestou a sua preocupação pelo uso de armas químicas e alertou para o risco de uma escalada no Oriente Médio, após o bombardeio ordenado pelo presidente americano, Donald Trump, contra alvos específicos do regime de Bashar Assad, na Síria, naquele exato momento.

Os Estados Unidos, representados pelo vice-presidente Mike Pence, fizeram chamamento aos países do Hemisfério para que apoiassem o ataque bélico ao território da Síria. Os demais presidentes, incluído o do Brasil, preferiram lamentar o ataque, pedir uma investigação independente e maior diálogo para tentar resolver a questão

Ausente de Lima, desconvidado pelo governo do Peru, um dos protagonistas desta VIII Cúpula das Américas foi o presidente venezuelano, Nicolás Maduro. A falta de democracia na Venezuela foi objeto de condenação e preocupação de boa parte dos países participantes e houve clamor para que Maduro permita a entrada de ajuda alimentar e de remédios. Diante da impossibilidade de incluir na declaração final, como solicitado por vários países, menção à condenação do governo venezuelano pelas eleições antecipadas de maio, os 14 países do Grupo de Lima e os Estados Unidos emitiram ao fim da reunião de cúpula uma declaração em separado. Os países que assinaram a declaração exigiram “eleições presidenciais com as garantias necessárias para um processo livre, justo, transparente e democrático, sem presos políticos e que inclua a participação de todos os atores políticos venezuelanos”. Ratificaram que “eleições que não cumprirem essas condições carecerão de legitimidade e credibilidade”.

O documento final da cúpula foi consagrado a recomendações relacionadas com o combate à corrupção. Por ironia, com vários presidentes presos ou sendo processados, o compromisso de 57 pontos, que não tem poder vinculante, contém capítulos sobre fortalecimento da governabilidade;

transparência, acesso à informação, proteção de denunciadores e direitos humanos, incluindo liberdade de expressão democrática; financiamento de organizações políticas e campanhas eleitorais; prevenção da corrupção em obras públicas, contratações e compras públicas; cooperação jurídica internacional; combate à propina, ao suborno internacional, ao crime organizado e à lavagem de ativos; recuperação de ativos; e fortalecimento dos mecanismos interamericanos anticorrupção.

O compromisso contempla, entre outros aspectos, “avançar na luta contra a corrupção, em particular a prevenção e o combate dos subornos a funcionários públicos nacionais e estrangeiros”, e “adotar um marco legal para responsabilizar as pessoas jurídicas (entidades, empresas) por atos de corrupção”. Também “promove a inclusão de cláusulas anticorrupção em todos os contratos do Estado (...) e estabelece registros de pessoas naturais e jurídicas vinculadas com atos de corrupção e lavagem de dinheiro para evitar sua contratação”. Propõe “medidas que promovam a transparência” nos gastos dos partidos políticos, “principalmente de suas campanhas eleitorais, garantindo a origem lícita das contribuições, assim como sanções pela recepção de aportes ilícitos”. Além de “impulsionar a adoção e/ou o fortalecimento das medidas legislativas necessárias para tipificar penalmente os atos de corrupção e outros relacionados”, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e a Convenção Interamericana contra a Corrupção.

O vice-presidente Mike Pence teve uma agenda recheada de reuniões bilaterais com os presidentes do Peru, do Canadá, do México, da Colômbia, da Argentina, do Chile e uma reunião multilateral com os líderes do Caribe. O Brasil, mais uma vez, foi marginalizado pela administração norte-americana, embora tenha sido anunciada a visita de Pence ao País no final de abril. Em nível ministerial, contudo, houve reunião com o ministro do Comércio norte-americano para discutir as barreiras sobre o aço, havendo sido indicado que o Brasil deverá aceitar uma restrição voluntária a exportações para o mercado dos Estados Unidos.

À margem da cúpula, o ministro Aloysio Nunes Ferreira recebeu membros da oposição venezuelana e prometeu tomar medidas para punir refugiados que pratiquem atos ilegais, como movimentações financeiras clandestinas, no território brasileiro. O governo brasileiro descartou a hipótese de impor sanções unilaterais contra Caracas, solicitadas pela oposição venezuelana, mas indicou que poderá reabrir a matéria no âmbito da Organização dos Estados Americanos.

Durante a cúpula foram tratados informalmente assuntos como comércio, imigração e a crescente presença da China, mas os presidentes perderam uma oportunidade para tratar dos problemas que dificultam o crescimento mais rápido da região, como a deficiente infraestrutura, a violência, a crescente concentração de renda e o atraso da região nos avanços em inovação e tecnologia.

Barrado em Lima e diante da ausência de avanços concretos, num raro momento de lucidez o presidente venezuelano declarou que “cúpulas são uma grande perda de tempo”.

Perdeu-se a chance de tratar de problemas que dificultam o crescimento mais rápido da região.

Quatro prioridades para um novo governo **Valor Econômico - 24/04/2018**

Carlos Luque, Simão Silber e Roberto Zagha

Em janeiro 2019 um novo governo tomará as rédeas de uma economia com renda per capita 9% abaixo do seu nível de 2014 e desemprego em dois dígitos. Inflação e juros baixos, excelentes notícias, serão insuficientes para tirar o país do fundo do poço. As perspectivas continuarão desanimadoras: o PIB per capita de 2014 será atingido em 2023. As projeções do Ministério da Fazenda e da OCDE para os próximos 40 anos são de que a renda per capita do brasileiro terá um distanciamento cada vez maior em relação à dos países avançados.

Não é acidente. Por várias décadas o governo descuidou do crescimento. Em anos recentes, ignorou tanto a teoria econômica como a experiência de outros países e se convenceu que o controle do gasto público é em si uma estratégia de crescimento. Introduziu a Emenda Constitucional "do teto", pouco pragmática, e investiu capital político em reformas tangencialmente relacionadas ao crescimento (previdência e mercado do trabalho). Fundamentalmente, ignorou que problemas fiscais não podem ser resolvidos sem crescimento.

A aposta não deu certo. O resultado tem sido queda do PIB e uma dívida pública descontrolada: 57% do PIB em janeiro de 2015, 74% em janeiro de 2018, e 93% previstos para 2021.

Em ordem de importância, a primeira prioridade deveria ser pôr a economia numa trajetória de crescimento rápido de 4-5% ao ano a ser sustentada durante várias décadas. A estratégia para atingi-la seria por meio da industrialização orientada à exportação, bem conhecida na experiência mundial. Ela deu resultados impressionantes. Entre 1960 e 2016 a renda per capita do chinês aumentou 36 vezes, a do coreano 27 e a do cingapuriano 16, enquanto a do brasileiro apenas triplicou. A implementação desta estratégia tampouco é segredo. Ela exige a abertura da economia, incluindo a redução/eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias às importações, manutenção de juros próximos ao padrão internacional, uma taxa de câmbio competitiva e estável (com as restrições necessárias à entrada do capital financeiro), e infraestrutura.

Dada a mediocridade do desempenho da economia nas últimas décadas, é importante lembrar que o Brasil teve um crescimento entre os mais rápidos no mundo. Em 1980 a renda per capita do brasileiro atingiu 30% da do americano. Desde então tem caído: 22% em 2016. As projeções do Ministério da Fazenda e da OCDE são de que continuará a cair, a 20% da renda per-capita do americano em 2060. Uma taxa de crescimento PIB per capita de 5% ao ano permitiria ao país voltar à situação de 1980 em 2028 e alcançar a renda per capita dos países avançados em 2060.

Sem a retomada do crescimento o país continuará sofrendo décadas de alto desemprego e problemas fiscais graves. É irônico que um país com um sistema sofisticado e moderno de metas de inflação não tenha sido capaz de ter metas de crescimento.

A segunda prioridade são as reformas que tornarão a economia competitiva e eficiente. Um relatório recente da OCDE mostra que o Brasil não se beneficiou da economia mundial: bens e serviços a preços competitivos a consumidores e produtores. Um Toyota no Brasil custa duas vezes o que custa nos EUA, um litro de leite ou vestuário e sapatos, o triplo. O custo de serviços de telecomunicações ou serviços financeiros estão entre os mais altos no mundo. A falta de competitividade da economia tornou-se mais visível em anos recentes: o país estagnou e os lucros do setor financeiro dispararam. A resolução destes problemas exige tanto a abertura ao comércio exterior como regulações que impeçam a formação de cartéis e oligopólios.

A terceira prioridade é a reforma do sistema tributário. A cumulatividade dos impostos indiretos e exonerações de tributos impõem um custo administrativo alto tanto para as empresas como para o governo, sem benefícios para a economia.

No fim dos anos 1970, usando dados do IRPF, um estudo da Fipe sobre a incidência tributária mostrou que os 10% das famílias de renda mais alta detinham mais de 50% do PIB. Um estudo recente do World Inequality Lab usa a mesma metodologia e chega à mesma conclusão: nos últimos 40 anos, os 10% mais ricos se apropriaram de mais da metade da renda do país, deixando a outra metade para os 90% mais pobres.

O outro resultado é que o sistema tributário é injusto. Os 10% mais ricos pagam menos da carga total dos impostos do que os 90% mais pobres. As reformas tributárias das últimas décadas com o aumento dos impostos indiretos e a isenção de tributos sobre a renda de juros e dividendos acentuaram esta iniquidade.

O custo econômico e social do sistema tributário exige uma reforma. A racionalização do sistema e o aumento da carga tributária dos 10% das classes de renda mais altas (e redução da dos 90% restantes) deveriam ser objetivos centrais da reforma tributária. Um terceiro objetivo deveria ser um aumento da carga tributária total, por 3-4% do PIB, o que criaria espaço para despesas essenciais em infraestrutura.

A quarta prioridade é o gasto público. Não se trata de cortá-lo, mas de racionalizá-lo. A convicção generalizada (do governo, FMI, OCDE, Banco Mundial, agências de risco, analistas econômicos) de que o governo gasta descontroladamente e mal não se reflete nos dados. Estatísticas do FMI mostram que, excluindo juros, o gasto público brasileiro - de 30% do PIB - está alinhado com a média dos países emergentes. Além do mais, entre janeiro 2012 e janeiro 2018 a dívida pública aumentou em R\$ 2,6 trilhões. Deste aumento, 11% correspondem ao financiamento de déficits primários e 87% ao pagamento de juros. Em anos recentes, ajustada pela queda do PIB, a despesa primária tem sido relativamente estável.

Ainda assim há uma série de anomalias em várias categorias de gastos (estruturas salariais, custeio, etc) que crescem a taxas insustentáveis (previdência). A reforma do gasto público exige análises profundas das opções e transparência estatística afim de possibilitar um debate construtivo. Será importante reformar os gastos com medidas concretas e evitar medidas inócuas como a emenda "do teto".

Nos últimos meses, instituições nacionais e internacionais (Ipea, Banco Mundial, FMI, OCDE) sugeriram reformas para a recuperação da economia brasileira. Tem-se a impressão que cortes de gastos e privatizações são soluções. Será um erro acreditar nisto. O desafio para o novo governo será diferenciar as reformas válidas e importantes das tangenciais ou questionáveis e, sobretudo, manter prioridades claras e não perder energias e capital político nas que não são essenciais. O país já desperdiçou 4 décadas de crescimento. Devemos mudar o rumo. As quatro prioridades discutidas aqui podem ser um bom começo.

Otimismo no longo prazo ainda é viável

Valor Econômico - 24/04/2018

Nilson Teixeira

A desesperança cresceu no Brasil e é bem visível no suposto crescimento do desejo de imigrar. Não é só uma vontade dos mais pobres em busca de melhores oportunidades. Não são apenas os ricos fugindo do quadro desfavorável e buscando países capazes de atender suas demandas. Mais e mais pessoas dizem que não ficariam no Brasil se fossem mais jovens. Como reflexo, é crescente o número de estudantes que desejam imigrar e cursar faculdade fora do país.

Essa sensação advém de escolhas erradas do país nas últimas décadas, desperdiçando o ambiente favorável proveniente do ciclo de commodities e do forte crescimento global. A distribuição de renda do país é uma das piores no mundo. O Brasil é mal classificado nos rankings de educação e de condições de negócios. A corrupção é alta e disseminada frente à de outras nações. A segurança é um grande problema e a solução não é trivial. O crescimento

potencial da economia é reduzido, com o país ocupando as últimas posições nos comparativos internacionais sobre produtividade.

A taxa de investimento é baixa e a estagnação da infraestrutura é evidente. A economia local é muito fechada, com proteções setoriais antiquadas e de duração excessiva. O Estado tem um papel exagerado no setor produtivo. A regulação no Brasil é deficiente e sujeita a indicações de partidos políticos. As contas públicas estão desajustadas. O déficit primário é elevado, e não há perspectiva de reversão nos próximos anos. A alocação de recursos públicos é ineficiente, com os custos e benefícios dos programas existentes dificilmente avaliados. O sistema tributário é complexo em demasia, pouco transparente e repleto de privilégios para grupos de interesse, gerando uma carga tributária regressiva. O governo fracassou ao não aprovar mudanças na Previdência Social, mesmo que mínimas. A dívida pública se tornará insustentável, a menos que seja implementada nos próximos anos uma reforma previdenciária que elimine privilégios disseminados.

Desde o ano passado, o governo tem cedido em diversas áreas, desvirtuando as propostas de ajuste e retrocedendo no avanço da sua agenda. A exagerada ampliação de benesses para participação no Refis foi uma derrota, pois diminuiu ainda mais as penalidades de não cumprimento das obrigações tributárias no prazo. A derrubada do veto presidencial sobre a extensão dessas condições para o refinanciamento de dívidas tributárias de empresas no Simples e do setor agrícola estimula ainda mais a postergação do pagamento de impostos.

O Congresso não votou a MP 805, que postergava o reajuste dos salários do funcionalismo federal e aumentava a contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14%. Também não foi apreciada a MP 806, que estabelecia que os fundos exclusivos deixariam de ter o privilégio de pagamento de IR apenas no momento do saque de recursos, equiparando, assim, essa cobrança a dos demais fundos. A MP 808 que regulamentava vários pontos da Reforma Trabalhista expirou e, pelo visto, não será reeditada.

As idas e vindas sobre a desestatização da Infraero e de alguns aeroportos agregam incerteza sobre essa agenda. Finalmente, a retomada da cobrança de contribuição patronal sobre a folha de pagamentos de vários setores e as medidas relativas à capitalização da Eletrobras, que reduziria a participação do Estado no setor elétrico, também correm sério risco de não aprovação no Congresso este ano.

Para ultrapassar imensos desafios e reverter a enorme desesperança existente na sociedade, o Brasil precisa consolidar um projeto abrangente para o longo prazo. Apesar dos retrocessos recentes, o atual governo iniciou essa jornada em algumas frentes. O governo reduziu a expansão dos gastos obrigatórios, com a implementação de diversas medidas de caráter fiscalizatório. Ao mesmo tempo, os gastos discricionários foram controlados. Os parlamentares aprovaram uma reforma trabalhista bem mais ampla do que imaginado originalmente. A aprovação pelo Congresso da nova lei de exploração do

petróleo, da regra que não permite o crescimento real dos gastos públicos federais e da lei das estatais, bem como a redefinição da regra de conteúdo nacional, são exemplos de avanços importantes.

Inegavelmente, a agenda econômica não é uma tarefa para um só governo. O próximo presidente, com o suporte dos votos obtidos na eleição, poderá dar passos decisivos na redução das enormes fragilidades e deficiências da economia doméstica. Inicialmente, ele precisará convencer a população de que é necessário perseguir uma agenda de transformação. Isso não requer um presidente carismático, e sim um com experiência e capacidade de construir uma sólida e ampla base de apoio no Congresso.

O futuro governante precisará comunicar de forma clara, direta e firme que os ajustes não serão fáceis e muito menos indolores. Haverá perdas para a maioria no curto prazo. Caberá aos próximos governos promover os ajustes necessários, com os custos sendo direcionados, principalmente, sobre os mais privilegiados, de forma que os mais pobres não sejam ainda mais penalizados. Os ricos precisarão ceder para que o Brasil possa avançar.

Não é um pequeno número de mandatos presidenciais que determina o futuro de um país de forma definitiva. Isso não quer dizer, porém, que decisões erradas nesse período não possam gerar perdas irreversíveis para uma geração. A dinâmica da economia no Brasil nos últimos 50 anos comprova isso. A década de 1980, com crescimento médio do PIB per capita próximo a zero, foi perdida. A atual também segue nesse caminho. Se não houver uma grande transformação da economia nos próximos anos, a minha geração terá desperdiçado uma época incrivelmente benigna. Mas ainda há tempo para avançarmos. A próxima eleição presidencial será crucial para que possa haver uma reversão da indignação da sociedade e a recuperação do otimismo em relação aos anos vindouros.

A ajuda da economia capenga

Valor Econômico - 24/04/2018

Denise Neumann

A ajuda da recuperação da economia para candidatos à Presidência da República mais alinhados ao governo ficou mais incerta depois do primeiro trimestre do ano. Várias consultorias e departamentos econômicos estão revisando, para baixo, as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2018. E enquanto a economia cresce mais lentamente que o esperado, aumenta a incerteza eleitoral e os índices de confiança patinam, o que agrega mais incerteza à retomada, em um ciclo que corre o risco de se auto alimentar negativamente.

Economia em franca retomada, inflação baixa e maior oferta de emprego seriam argumentos muito bons para os candidatos que defendem uma política

econômica alinhada à atual. Por lógica, baixo crescimento e desemprego alto favorecem candidaturas ancoradas na crítica ao atual modelo de ajuste fiscal.

Os dados mostram que o ritmo e a "cara" da retomada são díspares entre as regiões, mas justamente Sudeste e Nordeste - que concentram 44% e 27% dos eleitores, respectivamente - estão na rabeira do crescimento, embora estejam acelerando seu ritmo. Enquanto o Índice de Atividade do Banco Central mostrou que, na média do país, o crescimento alcançou 1,7% nos 12 meses encerrados em fevereiro, na mesma comparação, o Sudeste cresceu 0,6%, e o Nordeste, 1,2%.

De acordo com os índices regionais de atividade do BC, o Norte, com 3,4%, e o Sul, 3%, lideram em expansão, seguidos pelo Centro-Oeste com 2%. Essas três regiões respondem por 29% do total dos eleitores brasileiros.

O mercado de trabalho também dá voz aos mais críticos da política econômica atual. Nos primeiros três meses do ano, o Brasil recuperou 204 mil dos 2,9 milhões de empregos perdidos durante a crise que começou na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

E justamente no Nordeste as recontrações ainda não começaram. De janeiro a março, as demissões ainda superaram as contratações e mais 45 mil pessoas perderam seu emprego com carteira assinada. Na região, é sazonal o emprego cair no início do ano, mas "sazonalidade" é uma palavra sem espaço no vocabulário eleitoral.

A última pesquisa eleitoral do Instituto Datafolha (realizada em meados de abril, logo após a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva) mostrou que 51% dos eleitores do Nordeste votariam em Lula e outros 6% em Ciro Gomes, dois candidatos claramente contrários à atual política econômica.

Em um cenário de baixo crescimento e fraca recuperação do emprego, ganhar o voto desse eleitor para um projeto que mantenha foco no ajuste fiscal se torna uma tarefa mais difícil.

No Sudeste, bem menos enfático no apoio aos candidatos mais à esquerda (Lula tem 22% e Ciro, 5%), são outros os problemas econômicos. Foi na região que a renda mais caiu no ano passado, retração influenciada pelos salários mais altos. E a classe média - que foi em peso à rua pelo impeachment da ex-presidente Dilma - perdeu renda e não recuperou nada no ano passado.

No fim de 2017, o rendimento médio real do brasileiro foi 1,1% maior que o do fim do ano anterior, mas no Sudeste o rendimento ainda caía. O rendimento médio real dos 10% de maiores salários do Sudeste diminuiu 8% (já descontada a inflação) no ano passado. Foi a única região em que esse grupo da população perdeu renda.

Essa queda na renda está associada tanto à crise no Rio de Janeiro como ao enfraquecimento da indústria e aos menores rendimentos no setor financeiro, associados à queda dos juros.

Além disso, a queda da renda real no Sudeste também está associada à inflação maior na região, onde o peso dos alimentos é menor. Nas capitais do Nordeste - esse sim um grande trunfo a favor do governo e dos candidatos que orbitam em torno da atual política econômica - a inflação nos 12 meses encerrados em março variou de 1,25% (Fortaleza) até 2,16% (Recife), em todos os casos os menores índices da atual série do IBGE (iniciada em 2012). A ideia de que os preços "já não estão mais subindo tanto" já aparece aqui e ali nas conversas da feira.

O ritmo fraco da retomada, a revisão para baixo do PIB antes projetado, a perda de confiança dos agentes e o emprego que cresce ancorado na informalidade não representam fracasso da atual política econômica. Mas o eleitor não pensa com a cabeça do analista. Ele não olha para os números. A tendência é que ele vote com o bolso e olhando para a carteira de trabalho. Nessa lógica, a inflação ajuda, mas o lento recuo do desemprego atrapalha.

Além do discurso sobre um pacto federativo

Valor Econômico - 24/04/2018

Fernando Exman

Mesmo que alguns candidatos se dediquem a transformar novamente as eleições num ringue, tudo indica que a campanha que se inicia reservará tempo suficiente para a discussão sobre a precária situação das contas públicas. O próximo presidente da República terá que apresentar suas propostas, demonstrando como respeitará a chamada "regra de ouro" das finanças e o teto de gastos. Mas o debate tem que ir além, abarcando também a situação fiscal de Estados e municípios.

O quadro de diversos entes subnacionais é delicado e merece um tratamento melhor do que o dispensado ao tema em eleições anteriores. Se repetido o padrão dos últimos pleitos, o eleitor passará a ler, assistir e ouvir diversas propostas sobre um chamado "novo pacto federativo", típica expressão utilizada por quem sabe que precisa reunir apoios de governadores e prefeitos mas não quer se comprometer com nada.

Esse discurso tampouco ajudará o governo Michel Temer, que já não consegue mais tirar do papel sua agenda legislativa, a destravar discussões sobre melhorias no sistema tributário nacional. Nos últimos dias, integrantes da equipe econômica voltaram a sinalizar que pretendem enviar a Congresso propostas de simplificação do PIS/Cofins e do ICMS. Reconheceram, contudo, que as discussões sobre o imposto estadual são mais complexas e dependem ainda de mais negociações com os secretários de Fazenda.

No Congresso, poucos arriscam dizer que a reforma tem chances de ser aprovada até o fim do mandato de Temer. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, lançou-se na disputa pelo Palácio do Planalto e detém controle da pauta. A grande maioria dos deputados e senadores concorrerá à reeleição ou a outro cargo eletivo: quem votará a favor de alguma medida que onere ainda mais o contribuinte e/ou as empresas instaladas no país?

O primeiro passo para um debate realista pode ser dado durante a marcha que prefeitos de todo o país farão em Brasília em maio, quando a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) pretende receber os presidentes em grande evento. Sondagens recentes feitas pela entidade com prefeitos de todo o Brasil demonstraram que 66% deles contavam com o Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) de R\$ 2 bilhões - proposto pelo Executivo e aprovado pelo Congresso - para o fechamento das contas de 2017.

A mesma pesquisa, que ouviu 98,5% dos gestores municipais, revelou que as prefeituras com dificuldades financeiras suspenderam o pagamento de fornecedores e salários de servidores, o que certamente trouxe impacto negativo sobre a atividade econômica nesses municípios, o alcance e a qualidade dos serviços públicos prestados à população. Apenas metade dos prefeitos disse acreditar que 2018 será melhor para as finanças municipais.

A situação dos Estados também demanda atenção. De acordo com o Tesouro Nacional, diversas unidades da federação chegaram ao fim de 2017 com as contas no vermelho. Os exemplos mais críticos são o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Foram citados também Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe. O grau de dependência das transferências constitucionais e legais em relação às receitas totais desses entes variou de 10% a 69%, caso do Amapá.

O Banco Central informou, no seu mais recente Relatório de Estabilidade Financeira, que o sistema está preparado para suportar eventual calote de Estados e municípios que não são elegíveis para contar com garantias da União, assim como de seus respectivos servidores, fornecedores e empregados dos fornecedores. O que não está nessa conta é o risco político. É sempre bom lembrar que as grandes manifestações de junho de 2013, que abalaram governantes e ajudaram a depreciar a imagem da classe política, estiveram diretamente relacionadas à cobrança da população por melhores serviços públicos.

Missões de paz

O próximo presidente terá que decidir, assim que for eleito, o que fará em relação à intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. A campanha eleitoral já demonstrará se os candidatos a governador e a presidente da República defenderão a permanência dos militares no Estado. A decisão do sucessor de Michel Temer, no entanto, não terá reflexos somente nas ações de segurança pública no Estado. Ela ditará a capacidade

operacional e orçamentária das Forças Armadas nos meses seguintes, fator determinante para a participação de tropas brasileiras em forças de paz das Nações Unidas.

A intervenção, decretada em fevereiro, tem como prazo 31 de dezembro. Se as Forças Armadas forem desmobilizadas e retiradas das ruas do Rio, as conversas entre o governo e a cúpula da ONU sobre a ampliação da participação brasileira nas missões de paz devem ser retomadas.

A organização internacional queria contar com tropas brasileiras na missão de pacificação da República Centro-Africana e estava cobrando uma resposta da administração Temer. A ideia, que num primeiro momento foi acolhida, acabou sendo rejeitada por falta de recursos.

A solução alternativa encontrada tem dois estágios. O primeiro foi a nomeação, pela ONU, do general Elias Rodrigues Martins Filho como novo comandante da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (Monusco). Ele chefiará cerca de 17 mil militares de diversos países, num cenário complexo e violento. Apenas em um segundo momento será analisada a possibilidade de envio de soldados brasileiros ao país.

Mais uma delicada pendência para o próximo presidente. Em dezembro passado, 15 capacetes-azuis morreram num ataque contra uma base de operações na República Democrática do Congo, no que foi considerado pela própria ONU o pior ataque sofrido pela organização em sua história recente.

Multitarefa **O Globo - 24/04/2018**

Miriam Leitão

Ontem era feriado no Rio, e o presidente da Petrobras, Pedro Parente, trabalhou em São Paulo em uma reunião da B3, na qual ele é presidente do conselho de administração. A grande dúvida em relação a ele nesse momento é se será capaz de tocar a presidência da estatal e a do conselho de administração da BRF, cujo CEO renunciou na segunda-feira.

Para encarar o desafio, Parente pretende usar até o tempo das folgas, se for necessário. — Caso venha a se concretizar a minha ida, eu posso, por exemplo, usar dias de férias na Petrobras para as reuniões da BRF. Na Petrobras, as férias podem ser tiradas em dias alternados. Estou disposto a sacrificar esse tempo porque sei que o trabalho é importante.

Não lhe falta serviço na Petrobras, evidentemente, mas Parente lembra que hoje a empresa é outra, em relação a que encontrou.

— Se fosse no início, certamente eu não poderia acumular, mas hoje a empresa tem plano estratégico aprovado e já sendo implantado em seu segundo ano, tem novo sistema de gestão com metas controladas em reuniões mensais, tem uma diretoria executiva completamente integrada, regras de conformidade aprovadas e sendo cumpridas. Em governança, é outra empresa — diz ele.

Uma frente de trabalho foi a limpeza de passivos deixados por administrações anteriores, enfrentada com a negociação do acordo em ações judiciais internacionais, o “class action”, a mudança do perfil da dívida, a solução de conflitos com diversos órgãos governamentais e reguladores.

— Nada disso é trabalho de uma pessoa só, seria impossível. Estamos limpando problemas de bilhões de dólares no balanço da empresa — disse Parente.

O resultado aparece nos indicadores, e a possibilidade de a companhia enfrentar um ano eleitoral com tranquilidade.

— A taxa de juros cobrada no mercado secundário internacional pelos títulos da Petrobras estava em 15% ao ano. Agora está abaixo de 4%. O preço da empresa que estava em 90 bilhões de reais, agora é 90 bilhões de dólares. O rating da Petrobras hoje equivale ao da República. A dívida de curto prazo vencendo em 2018 a 2020 era de US\$ 40 bilhões, hoje é US\$ 20 bi.

Se a Petrobras está melhor, não se pode dizer o mesmo da BRF, que enfrenta problema de relacionamento entre sócios, resultados ruins, investigação da PF, teve várias unidades de produção descredenciadas pela Europa e ontem ficou sem CEO.

— Se for confirmada a minha ida, será numa situação em que os sócios estejam de acordo e isso já ajuda no problema da governança. As outras questões serão enfrentadas e vão exigir, principalmente no começo, mais do que uma reunião por mês. Mas são problemas que no cotidiano serão tratados pela diretoria executiva e não pelo conselho de administração.

Se for para a BRF, Parente terá ainda que fazer uma transição na B3. Disse que o tempo em que acumulou o conselho da bolsa e a Petrobras mostrou que ele consegue fazer as duas tarefas.

— Foi um tempo importante, em que houve a aquisição da Cetip pela BM&F e a mudança do CEO.

A estatal, sob administração técnica e sem interferência política, está recuperando seu ranking entre as empresas de capital aberto da América Latina. Estudo exclusivo de Einar Rivero, da consultoria Economatica, revela que ela ontem se tornou a segunda mais valiosa companhia da região, passando o Itaú Unibanco. Era a primeira, anos atrás, mas no fim de 2014 a posição foi ocupada pela Ambev. O mercado reagiu à reeleição da ex-

presidente Dilma por receio da continuação da interferência política nos preços e na gestão. Durante aquela campanha, quando a oposição subia nas pesquisas, a Petrobras se valorizava no pregão. A cotação chegou a R\$ 310 bilhões no início de setembro, quando a candidata Marina Silva liderava as intenções de voto. A Ambev valia, então, R\$ 250 bi. Ao final daquele mês, já com Dilma na liderança das pesquisas, a Petrobras foi cotada em R\$ 229 bi. No dia seguinte ao segundo turno, a cotação caiu mais, para R\$ 180 bi, e a Ambev definitivamente a passou. Em seguida foi a vez do Itaú Unibanco. O fundo do poço aconteceu em fevereiro de 2016, quando a estatal chegou a valer R\$ 67 bilhões. Hoje, voltou a ser cotada a R\$ 307 bi. Ainda está longe do maior valor, R\$ 510 bilhões, que atingiu em 2008, na euforia do pré-sal.

Trapaças com aposentadorias

O Globo - 24/04/2018

José Casado

Milhares de servidores públicos estão com suas aposentadorias e pensões ameaçadas pela insolvência de quase duas centenas de institutos municipais que mantêm Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Eles trabalham para 186 prefeituras em 18 estados nas regiões Sudeste (SP, MG, RJ e ES); Sul (SC e PR); Centro-Oeste (GO, MT e MS); Nordeste (PE, RN, MA e PI) e Norte (AM, AP, RO, TO e RR).

Na origem da ruína estão má gerência e corrupção política. Numa estimativa preliminar, as fraudes ultrapassam R\$ 2,8 bilhões — segundo dados da Polícia Federal, da Fazenda e do Banco Central. Prefeitos e gestores usaram o dinheiro dos servidores em aplicações financeiras de altíssimo risco: carteiras de investimento compostas por títulos “podres”, ou seja, sem valor para resgate. Ingressaram numa espécie de pirâmide financeira erguida sobre cotas de churrascarias, de empresas de limpeza e de tecnologia inexistentes, entre outras.

Esses fundos de investimentos possuem regras que impedem resgate dos recursos, mesmo que o resultado da aplicação seja negativo, antes de um período de “carência” de quatro a dez anos, sempre contados a partir da data do pedido formal de resgate e condicionada ao pagamento de uma “taxa de saída” de até 50% do valor investido.

A maioria dos negócios é patrocinada por empresas financeiras que 13 anos atrás foram flagradas na lavagem de dinheiro para políticos beneficiados no caso mensalão e, agora, são investigadas na operação Lava-Jato, por negócios suspeitos nos fundos de pensão da Petrobras (Petros), Caixa Econômica (Funcef), Banco do Brasil (Previ) e dos Correios (Postalís). Ano passado, esses quatro fundos estatais somaram perdas de R\$ 68 bilhões. No rastro das falcatruas no Postalís descobriu-se, por exemplo, que 32 institutos

municipais compraram R\$ 827 milhões em debêntures (“XNICE11”) sem lastro, emitidos por empresas de papel. Num dos casos, foram rastreadas 34 empresas vinculadas a um único corretor carioca, Arthur Mário Pinheiro Machado, personagem de inquéritos no caso mensalão e, agora, na Lava-Jato. Ele atuava em parceria com Milton de Oliveira Lyra Filho, identificado pela polícia como intermediário financeiro dos senadores Renan Calheiros (AL), Romero Jucá (RR) e Eduardo Braga (AM) — eles negam. Semana passada, Lyra e Pinheiro Machado foram presos por fraudes no Postalis.

Em outro caso, vários institutos municipais compraram cotas de uma emissão de R\$ 750 milhões em debêntures (“ITSY11”) da Bittenpar, criada seis meses antes em São Paulo e registrada com capital de R\$ 500. A empresa é de José Barbosa Machado Neto, preso no fim de 2016 por desvios de R\$ 80 milhões em seis institutos de Rondônia. Angra dos Reis (RJ) investiu R\$ 32 milhões no novo negócio.

É vasta a coletânea de trapaças com fundos de aposentadorias de servidores. Nela se destaca a compra de R\$ 472 milhões em títulos “podres” por entidades de Manaus, Goiânia, Teresina, Macapá, Porto Velho, Campinas (SP) e Serra (ES). Os papéis foram vendidos pelo banco BVA, liquidado 60 dias depois.

Não é conhecido o déficit do sistema de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Em Brasília, teme-se uma quebradeira, com efeitos similares à da crise das dívidas estaduais nos anos 90.

Prefeitos e gestores apostaram dinheiro de servidores numa pirâmide. Em Brasília teme-se uma quebradeira, com efeitos similares à da crise das dívidas estaduais.

Precisamos falar sobre bancos

O Globo - 24/04/2018

Lauro Gonzalez

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou a compra de 49,2% da XP Investimentos pelo Itaú. Diversos especialistas criticaram a decisão, que não foi unânime, e ressaltaram os efeitos negativos para a concorrência. Até aí, tudo pode parecer um capítulo a mais da novela de criticar os bancos que, aliás, é antiga e tem versões em diversos países. Nos EUA, é célebre a frase atribuída a Thomas Jefferson, segundo o qual “os bancos são mais perigosos e destrutivos que os exércitos”. Na França, extrema-esquerda e extrema-direita se revezam nos discursos contra o sistema financeiro internacional.

Para não cair em uma crítica fácil, vale lembrar que dados disponíveis mostram ter havido uma expansão significativa no acesso aos serviços financeiros, sobretudo através da diversificação de canais de distribuição, como foi o caso dos correspondentes bancários (lotéricas, pequenos comércios etc.). Em um primeiro momento, isso pode parecer desatrelado da vida da população em

geral. Entretanto, para exemplificar, os correspondentes têm historicamente um papel fundamental na logística de pagamento do Bolsa Família, que não chegaria às regiões mais distantes sem um canal adequado.

Isso posto, a impressão de quem acompanha o assunto no Brasil é de que os bancos ganham muito e ganham sempre, na tempestade e na bonança. As críticas se fundamentam em dois pontos correlacionados: lucros e falta de concorrência. Qualificar um lucro como excessivo não é trivial, na medida em que o risco também deve ser considerado. Isso pode ser razoavelmente contornado através de comparações adequadas. Os retornos obtidos pelos maiores bancos brasileiros tendem a ser bastante superiores aos seus pares europeus e americanos. Selecionando apenas bancos dos países em desenvolvimento, a conclusão é parecida.

A falta de concorrência anda de mãos dadas com a elevada concentração de mercado. No Brasil, os cinco maiores bancos detêm quase 90% dos empréstimos. Outras medidas do grau de concentração apontam na mesma direção. Pior é o fato de essas medidas estarem aumentando nos últimos anos. Além disso, a maior parte dos analistas de mercado espera a continuidade de retornos elevados para os principais bancos. As razões principais são a retomada de crescimento do crédito, cujo volume permanece baixo quando comparado aos países desenvolvidos, e a redução de custos via fechamento de agências, algo esperado em meio ao uso crescente de canais alternativos, sobretudo os digitais.

No longo prazo, tecnologias inovadoras redefinirão o papel dos bancos tradicionais, abrindo espaço para novos atores, como as fintechs. O problema é que o longo prazo pode estar “distante”, considerando que, nas classes C D e E, apenas 7% das pessoas que têm conta corrente as utilizam mais do que uma vez por mês. Apesar do aumento do acesso aos serviços financeiros, a adequação às necessidades dos consumidores, sobretudo dos mais pobres, deixa a desejar. A regulação e a defesa da concorrência precisam levar isso em consideração.

A falta de concorrência anda de mãos dadas com a elevada concentração de mercado. No Brasil, os cinco maiores bancos detêm quase 90% dos empréstimos.

Quem paga a conta? **O Globo - 24/04/2018**

Vinícius Cavalleiro

A cada quatro anos nos deparamos com grandes eventos. Não falo de eventos esportivos, mas dos “milagres financeiros” ocorridos no Rio em 2010, 2014 e 2018.

Sob a justificativa de fazer as melhores Copa e Olimpíada da história, bilhões de reais foram pegos emprestados em 2010. Já em 2014 foram antecipados R\$ 8,6 bilhões do que tínhamos a receber em royalties do petróleo. E agora, em 2018, outra securitização acaba de ser aprovada: R\$ 3,1 bilhões. O que essas medidas têm em comum? Além de nos obrigar a pagar juros em dólar, impostos altíssimos, taxas sobrenaturais, além de custos operacionais estratosféricos, esses fatos sempre ocorrem em ano eleitoral.

O cidadão fluminense precisa enxergar que os benefícios que tais medidas, de efeito pontual, nos trazem a curto prazo, gerando uma falsa sensação de equilíbrio econômico/financeiro, nos enforcam, cada vez mais, a longo prazo.

É preciso que encaremos a realidade: estamos endividados. Muito mais do que o permitido. E o que se deve fazer diante disso? Contrair novas dívidas? Só se indispensáveis e para sanar despesas também pontuais, nunca as despesas correntes. Imaginemos se, para pagar cada mês de aluguel, tivermos que contrair uma nova dívida? Como ficaria o saldo nos meses seguintes?

Por outro lado, medidas que deveriam ser tomadas, que são estruturantes e necessárias ao reequilíbrio orçamentário, e que estavam previstas no Plano de Recuperação Fiscal (PRF), deixaram de ser enfrentadas pelo governo, talvez porque eram impopulares ou desinteressantes na ótica política. Até mesmo a securitização, anunciada aos quatro ventos como “a salvação”, foi programada para 2017, mas se realizou só em 2018. Coincidência?

A alegação de que essa securitização está prevista no PRF também é incorreta. A medida foi incluída pelo estado no PRF, mas não foi considerada pela Secretaria do Tesouro Nacional — 20 das 37 medidas não foram consideradas por não contribuírem para o equilíbrio fiscal.

Uma alternativa, essa sim considerada no PRF, seria a efetiva revisão dos incentivos fiscais, benesses concedidas sem avaliação técnica de impacto econômico e social a poucos privilegiados. O ganho anual seria de mais de R\$ 1 bilhão, mas não vemos esforço do governo em implantá-la.

Em que pese o indiscutível dever de honrar com o pagamento do décimo terceiro devido aos servidores desde 2017, a forma escolhida pelo governo trará graves consequências ao endividamento público e ao déficit financeiro e atuarial do Rioprevidência, o que pode inviabilizar pagamentos futuros.

A isso, soma-se ainda a transferência intraorçamentária, contraída junto ao TJRJ em 2015. Outros bilhões de reais que terão que ser pagos, a partir de 2019.

Com a insistência nessa política equivocada de adiantar receitas futuras, o governo está transferindo ao próximo gestor os graves problemas de sua administração. Pergunto: quem pagará essa conta?

Estamos endividados. Muito mais do que o permitido.

Consolidação do agronegócio preocupa produtores do país

Correio Braziliense - 24/04/2018

Mercado S/A

Nos últimos meses, o já concentrado universo das multinacionais que fabricam insumos para o agronegócio começou a caminhar para um agrupamento de forças ainda maior. As chamadas “Sete Grandes” (Monsanto, Syngenta, Dupont, Bayer, Dow, Basf e ChemChina) estão em vias de virar quatro (Monsanto/Bayer, Dupont/Dow, Syngenta/ChemChina e Basf), dependendo apenas dos trâmites regulatórios. Segundo Arlindo de Azevedo Moura, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), as empresas diminuem custos com fusões, mas a redução não é repassada para o mercado. Opinião semelhante é compartilhada por Marcos da Rosa, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil). Segundo o executivo, o aumento da produtividade no campo tem sido eliminado pelos custos dos insumos. Com as fusões, diz ele, poucas empresas vão dominar todas as etapas da cadeia, de sementes a defensivos — o que dará origem a monopólios que vão do plantio à colheita.

Empresa de ônibus também quer inovar

Em tempos de aplicativos de transporte como Uber, 99 e EasyTaxi, além do compartilhamento de carros e caronas, a empresa Clickbus, de vendas de passagens de ônibus, tentará defender seu lugar ao sol. A empresa, que faturou R\$ 300 milhões no ano passado, tem como meta alcançar a marca de R\$ 1,5 bilhão em cinco anos. Para isso, investirá pesado em tecnologias para agilizar a venda por celular. Não é uma meta impossível. O mercado de ônibus movimenta R\$ 40 bilhões por ano.

R\$ 4,6 bi

É quanto a Kroton Educacional, maior empresa de ensino superior privado do Brasil, pagou pela Somos Educação, dona das editoras Ática, Scipione e Saraiva, do Sistema Anglo e da escola de idiomas Red Ballon. O negócio depende agora de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

“O Brasil precisa continuar no caminho de ajustes e reformas para manter a inflação baixa, a queda da taxa de juros estrutural e a recuperação sustentável da economia”

Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central

Novo seguro inspirado no Uber e Airbnb

Lançada em janeiro, a startup Pier quer mudar o conceito de seguros no país usando tecnologia para agrupar pessoas que queiram compartilhar riscos. Por enquanto, é possível proteger iPhones contra roubos e furtos. O modelo é baseado em um conceito chamado DAO, adotado em negócios como Uber e

Airbnb. Na sexta-feira 13, a Pier pagou o primeiro reembolso de um iPhone X roubado em São Paulo. Depois de ser notificada, o processo levou apenas 25 minutos.

Supremo acaba com disputa nos portos que durava 20 anos
Uma decisão do Supremo Tribunal Federal acabou com disputa judicial que durava 20 anos. O STF determinou que terminais portuários terão de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano referente às áreas da União que ocupam. O montante a ser pago à cidade de Santos, que abriga o maior porto do Brasil, é de cerca de R\$ 600 milhões. A decisão final do STF representa uma derrota à Petrobras, que havia contestado a cobrança de IPTU em uma área ocupada pela empresa no Porto.

Rapidinhas

Aos 87 anos, Warren Buffett (foto), o maior investidor do mundo, quer desacelerar. O americano anunciou ontem que deixará o conselho de administração da Kraft Heinz, empresa que pertence a ele e ao fundo 3G Capital, do brasileiro Jorge Paulo Lemann. O motivo alegado por Buffett é o desejo de viajar menos.

O peruano Miguel Inchaustegui, presidente do Congresso Internacional de Relações Comunitárias, virá ao Brasil amanhã para se reunir com empresários e economistas do país. Sua missão: ensinar como ter uma boa relação com a comunidade e, por consequência, reduzir embates trabalhistas e judiciais.

Segundo ele, com menos paralisações, as empresas deixariam de perder milhões todos os anos. “Se a companhia tem maior contato com as partes interessadas, pode reduzir a geração de conflitos e promover o desenvolvimento sustentável nas áreas em que opera”, afirma Inchaustegui. O evento será promovido pela Aberje Trends.

Detentora dos direitos da série Breaking Bad, um dos maiores sucessos da história da televisão, a Sony está processando uma empresa americana que lançou, sem a devida autorização, a cerveja “Breaking Bud”. Apesar de ter acabado em 2013, a série ainda é recordista em produtos licenciados.

Crise à vista

Correio Braziliense - 24/04/2018

Correio Econômico

O governo está vendo com certa apreensão a disparada dos preços do dólar. A moeda norte-americana encerrou as negociações de ontem cotada a R\$ 3,451 para venda, o nível mais elevado desde dezembro de 2016. A alta no dia chegou a 1,2%. Na avaliação do Palácio do Planalto, tudo o que não se quer agora é um estresse no mercado financeiro, que teria repercussões negativas na economia, a única área em que o presidente Michel Temer tem algo de bom

a apresentar. Tensões no câmbio costumam espalhar ondas de incertezas que minam a produção e o consumo e, por tabela, freiam o crescimento.

A arrancada do dólar vem sendo puxada, majoritariamente, pelo temor de uma alta maior dos juros nos Estados Unidos. Até bem pouco tempo, o consenso era de que, no máximo, o Federal Reserve (Fed), o banco central norte-americano, promoveria três aumentos na taxa básica da economia. O processo seria gradual, sem traumas. Agora, 48%, quase a metade dos especialistas, acreditam que os juros terão quatro aumentos. E essa crença já se refletiu nos títulos de 10 anos do Tesouro dos EUA, cujas taxas encostaram nos 3% ao ano.

Nesse nível, o dinheiro que circula pelo mundo prioriza a maior economia do planeta em detrimento das nações emergentes, como o Brasil. O Planalto reconhece que a redução do fluxo de capital estrangeiro não seria tão impactante se a economia estivesse blindada. Se, por um lado, a inflação abaixo de 3% pode acomodar a alta do dólar, de outro, o rombo fiscal alimenta a aversão ao risco. Mesmo com todas as promessas de Henrique Meirelles, quando esteve à frente do Ministério da Fazenda, as contas públicas não foram ajustadas. Pelo contrário.

O buraco nas finanças federais só aumenta e há chance de as metas fiscais não serem cumpridas neste ano e no próximo. O governo está tão desesperado que está buscando recursos por tudo quanto é lado, raspando o tacho. Agora, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, diz que o Tesouro pode se apropriar de R\$ 10,5 bilhões do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para cumprir a regra de ouro, que impede o pagamento de despesas correntes, como salários de servidores e aposentadorias, por meio de emissão de dívidas.

Empurrando com a barriga

A situação das contas públicas é tão preocupante que um assessor do presidente Michel Temer diz: “Fomos enganados. A equipe econômica sempre afirmou que tudo estava sob controle, e acreditamos. Agora, vemos que não é bem assim”. Esse mesmo interlocutor do presidente ressalta que os problemas estão se agigantando com uma equipe econômica fraca, sem força política. “Meirelles ainda tinha o respeito do Congresso, conseguia fazer andar projetos importantes para o ajuste fiscal. Os atuais ministros da Fazenda e do Planejamento não têm. Perdem tudo no Legislativo”, acrescenta.

Tanto que não há perspectiva de nenhum projeto importante avançar neste ano. “O Congresso praticamente fechou as portas para os pedidos da equipe econômica. É difícil acreditar na privatização da Eletrobras, na reoneração da folha de pagamento. Na melhor das hipóteses, deputados e senadores vão aprovar o cadastro positivo. Isso se o Banco Central se mantiver firme na defesa da medida”, ressalta um ministro bastante próximo de Temer. É triste ver, na avaliação dele, pastas tão cruciais quanto a Fazenda e o Planejamento entregues a pessoas sem peso político, ainda que sejam bons técnicos.

Também chama a atenção entre assessores de Temer a falta de imaginação da atual equipe econômica. “Os técnicos propõem sempre as mesmas coisas, como, por exemplo, o adiamento do reajuste de salários de servidores. Que falta de criatividade. Ninguém acredita que isso terá o aval do Congresso, pois o aumento foi aprovado por senadores e deputados”, destaca um dos palacianos. Ele reconhece, porém, que, oficialmente, o Planalto dará todo apoio ao discurso de Eduardo Guardia e de Colnago. “Não podemos deixá-los mais fracos do que já são”, assinala.

A orientação no Planalto é manter o discurso positivo em meio à disparada do dólar e às incertezas das eleições. A inflação está no nível mais baixo em 20 anos, a taxa básica de juros (Selic) cairá mais 0,25 ponto percentual em maio, para 6,25% ao ano, e o crescimento vai continuar, mesmo que mais fraco. É isso que tem de ser inculcado, segundo Temer, na cabeça da população. Se a bomba fiscal estourar, que seja no colo do próximo presidente. A memória do povo é tão curta que ninguém vai se lembrar que o time econômico apontado como salvador da pátria, na verdade, só empurrou o problema com a barriga.

Sem ajuda do Tesouro

» O governo não vai deixar a Geap Saúde, que atende, majoritariamente, servidores públicos, quebrar. Não há, na visão do Planalto, por que criar uma crise em um setor tão sensível. Mas a Geap não receberá dinheiro público.

Rateio entre o PP e PT

» Quem acompanha o dia a dia da Geap sabe que a empresa foi rateada entre partidos políticos nos últimos anos. PP e PT dominaram as diretorias e avalizaram uma série de irregularidades que fizeram o rombo da operadora explodir.

Agora é tarde

» Os funcionários da Geap estão desesperados. Todos reconhecem que, com um buraco total de R\$ 330 milhões, será difícil dar a volta por cima. Eles se arrependem de não terem se rebelado contra o uso político da empresa.

Economia aquece e aportes voltam

DCI - 24/04/2018

A melhora da economia acelerou o volume de investimentos nas empresas. Somente a operadora Oi, que está em recuperação judicial, anunciou ontem que investiu mais de R\$ 130 milhões em São Paulo em 2017. No País, o investimento total chegou a R\$ 5,6 bilhões, registrando aumento de 18,3% em relação ao ano anterior, sendo que a maior parte dos recursos foi aplicado na modernização da infraestrutura e expansão da capacidade de rede, na expansão do 4G e dos serviços de TI. A Oi implantou no estado 121 novos sites de telefonia móvel e 2.690 sites foram ampliados ou modernizados. Oi também elevou em 35% o número de cidades com 4G.

JBS investe em hambúrguer

Outra que anunciou novos aportes foi a JBS. Graças a uma demanda crescente do mercado, sobretudo das redes de restaurante (fast food), a JBS fez investimentos de R\$ 13 milhões para ampliar a produção de hambúrguer em duas unidades localizadas no estado de São Paulo. Em Lins, a Companhia aplicou R\$ 9 milhões para aumentar a capacidade de produção da planta em 30%, enquanto em Osasco os aportes foram de R\$ 4 milhões. Os investimentos foram realizados na modernização das linhas de produção, de forma a atender os níveis de exigência do mercado.

Sabará mira Norte e Nordeste

Já a Sabará Químicos e Ingredientes – unidade de negócios do Grupo Sabará especializada no desenvolvimento de soluções para o saneamento básico e o tratamento de águas – anunciou que investirá R\$ 13 milhões nas regiões Norte e Nordeste ao longo dos próximos dois anos. O montante será aportado em melhorias na cadeia de abastecimento da água potável que chega à população de diversos estados. “O nosso objetivo é garantir a segurança e a qualidade dos sistemas de dosagem e de aplicação da nossa solução Clorogás”, afirmou o supervisor comercial Lucas Donato.

Pequenas também surfam

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aumentou a participação das micro, pequenas e médias empresas (MPME) em seus desembolsos. Entre 1990 e 1994, as MPMEs ficavam em média com 16% do valor investido pela entidade. Já entre 2015 e 2017, esse índice mais do que dobrou, chegando a 33%. Considerado apenas o primeiro bimestre deste ano (dados mais recentes divulgados pelo banco), o segmento concentrou 56% dos R\$ 3,9 bilhões desembolsados. O levantamento é do Departamento de Pesquisa Econômica da instituição.

Seguindo na mesma linha

Projetos financiados pela Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP) por meio da linha de crédito Inovacred, da Empresa Brasileira de Inovação e Pesquisa (Finep), atingiram a marca de R\$ 100 milhões em empréstimos. “Com o reaquecimento gradual da economia, os empresários estão se sentindo mais confiantes para investir em projetos que aumentem a competitividade”, diz o superintendente de Negócios da Desenvolve SP, Eduardo Saggiorato. Ainda neste semestre, a instituição projeta mais R\$ 43 milhões em novos empréstimos.

Brasil e Chile terão acordo para proteger investimentos O Estado de S. Paulo - 24/04/2018

Brasil e Chile deverão assinar um protocolo de proteção de investimentos na área financeira na próxima sexta-feira, durante a visita do presidente chileno, Sebastián Piñera, ao Brasil. “É uma garantia que, se uma instituição financeira tiver algum problema, haverá um mecanismo governo a governo para dirimi-lo”, disse o subsecretário-geral da América Latina e do Caribe do Ministério das

Relações Exteriores, embaixador Paulo Estivallet. “Não é preciso buscar mediação internacional, pois haverá um compromisso de resolver qualquer situação.”

Instituições financeiras brasileiras têm forte atuação no Chile. Os chilenos, por sua vez, têm no Brasil seu principal destino de investimentos no exterior. O estoque chega a US\$ 32 bilhões. Os investimentos brasileiros no Chile são da ordem de US\$ 4 bilhões.

O protocolo faz parte de uma geração de acordos internacionais que o Brasil começou a assinar em 2015, que oferecem uma proteção adicional a companhias que investem no exterior. Está prevista a designação de um ombudsman local que dará apoio às empresas quando houver problemas com o governo ou com a Justiça, por exemplo.

“Isso fortalece a segurança jurídica para o funcionamento das instituições financeiras”, comentou o diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e de Serviços do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Norberto Moretti. E regras estáveis são importantes para atrair recursos.

Mais amplo. O protocolo financeiro, a ser assinado agora, complementa um acordo mais amplo assinado entre Brasil e Chile em 2015, que protege investimentos nos demais setores da economia. Na época decidiu-se que os bancos teriam um capítulo à parte, por se tratar de uma atividade altamente regulada.

Além do Chile, o Brasil já tem Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs) com o Peru, Colômbia, México, Angola, Moçambique e Malawi. Um protocolo com as mesmas finalidades foi formalizado no Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai) em dezembro passado.

Durante a visita, deverá ser assinado também um acordo de compras governamentais, pelo qual empresas dos dois países poderão participar das licitações públicas em igualdade de condições. A regra valerá para compras de mercadoria ou serviço superiores a R\$ 20 mil e para obras de valor maior do que R\$ 2 milhões. “É um progresso notável, já que é um instrumento de política industrial e de desenvolvimento”, frisou o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Jorge Arbache.

“Isso fortalece a segurança jurídica para o funcionamento das instituições financeiras.” Norberto Moretti

Montadoras pedem carro único entre Brasil e Argentina **Valor Econômico - 24/04/2018**

Com mercados cada vez mais interdependentes, os comandantes das principais montadoras brasileiras, e que lideram também as operações para outros países da América Latina, defendem uma proximidade produtiva maior entre os automóveis fabricados no Brasil e na Argentina.

Atualmente, a maior parte das principais montadoras compartilha modelos entre os dois países, com alguns produtos feitos no Brasil indo para a Argentina e o mesmo ocorrendo no sentido oposto. As trocas comerciais são incentivadas também pelo acordo comercial para o setor automotivo firmado entre os países, o chamado "flex". Até junho de 2020, o Brasil poderá exportar o equivalente a US\$ 1,50 para cada US\$ 1 importado da Argentina em peças e veículos.

Carlos Zarlenga, presidente da General Motors Mercosul, defendeu uma maior uniformidade na fabricação de automóveis dentro do bloco comercial. Para o executivo, um carro único para a região pode trazer benefícios de eficiência e custos. "Temos um bloco com volume e escala, mas se não trabalharmos como um bloco só, não teremos benefícios", afirmou Zarlenga durante o Seminário Autodata, realizado ontem.

A própria GM deve começar, já no ano que vem, a fabricação de um modelo único que se adeque às regras e interesses dos mercados dos dois países. Zarlenga não revelou qual modelo será o pioneiro nessa unificação, mas afirmou que essa primeira iniciativa deve ser produzida no Brasil. "Quando você pensa numa empresa só, você melhora o que vai ser negociado [com fornecedores e clientes]", afirmou.

Em seu primeiro evento público desde que foi anunciado como presidente da Fiat Chrysler Automobiles (FCA) para a América Latina, Antonio Filosa defendeu que a companhia inicia agora um novo ciclo de expansão, após modernizar seus produtos e linhas de montagem nos últimos cinco anos.

Também para Filosa, o foco é o crescimento da marca nos dois países - hoje são 17% no Brasil e 13,5% de participação de mercado na Argentina. A intenção é retomar a liderança no Brasil, nas mãos da GM, e ficar entre os três maiores na Argentina.

Para o executivo da montadora ítalo-americana, a FCA deve se estabelecer na região como uma montadora multimarca, com destaque para Fiat, Jeep e RAM.

Já o presidente da Volkswagen para o Brasil e para América do Sul, Central e Caribe, uma integração maior é importante, mas é preciso de maior planejamento. "Temos todos o mesmo desejo, de unificar e simplificar as normas. Mas temos que ter claro também quais são os pontos a serem trabalhados", afirmou Pablo Di Si.

Entre os pontos destacados como problemáticos pelo executivo da montadora alemã estão questões como a motorização, uma vez que os modelos brasileiros estão preparados para receber gasolina com até 22% de etanol. Na Argentina são 12%. "Precisa ser um plano de médio e longo prazo, conversando com todo o ecossistema."

A Volkswagen está há 14 anos na liderança de vendas na Argentina e experimenta uma recuperação no Brasil, assumindo o segundo lugar desde o início do ano.

Da parte do governo, a expectativa é de que em meados deste ano deva ser assinado um acordo de convergência regulatória entre os dois países. Segundo Igor Calvet, secretário de Competitividade do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), o acordo deve beneficiar investimentos conjuntos e integração produtiva.

O representante governamental explica que apresentou, na semana passada, para os representantes argentinos a proposta brasileira para o setor. As bases ainda estão sendo estudadas pelo país vizinho.

Hoje as montadoras se reúnem com o presidente Michel Temer para discutir outro entrave para a indústria no Brasil, o Rota 2030, novo programa para o setor automotivo.

Passaportes à venda

O Globo - 24/04/2018

Os escândalos de corrupção desvelados pela Lava Jato podem produzir um efeito colateral do outro lado do Atlântico. A recém-criada Comissão sobre Crimes Financeiros do Parlamento Europeu (PE) já pôs em seu radar os chamados vistos de residência gold, pelos quais países da União Europeia (UE) oferecem a possibilidade de cidadania a pessoas de fora do bloco que façam investimentos significativos em seu território. Para a eurodeputada socialista Ana Gomes, vice-presidente da comissão, a concessão desses vistos em Portugal representa a “prostituição” da cidadania europeia e do Espaço Schengen, acordo que permite a livre circulação entre 26 países da Europa. Ela cita réus da Lava-Jato que teriam buscado o visto especial como prova de que o sistema é falho. O relatório a ser elaborado por sua equipe poderá sugerir o fim dos vistos gold na UE, tendo em vista que o sistema pode abrir brechas aos crimes financeiros.

Em Portugal, os brasileiros foram beneficiados com 451 vistos, atrás apenas dos chineses, que receberam 3.544 concessões desde o início do programa criado em 2012 para amenizar os efeitos da crise econômica. Para ter acesso ao sistema na modalidade mais procurada é preciso adquirir imóvel de no mínimo € 500 mil (mais de R\$ 2 milhões). Após seis anos, os beneficiados podem obter a cidadania portuguesa.

Entre os possíveis beneficiados pela concessão de vistos dourados de Portugal há ao menos três réus da operação Lava Jato, segundo reportagens de setembro de 2017 do jornal britânico “The Guardian”. Otávio Azevedo, ex-presidente da construtora Andrade Gutierrez, teria adquirido imóvel no valor de € 1,5 milhão. Acionista da mesma empresa, Sérgio Lins Andrade teria comprado imóvel por € 665 mil. Pedro Novis, ex-presidente da Odebrecht,

também teria supostamente comprado um imóvel. As transações teriam ocorrido em 2014, ano do início da Lava Jato.

— Isto tem é que pura e simplesmente acabar. A única transparência possível é haver um sistema de concessão política, com base na análise das contribuições de pessoas com ligação com Portugal, que vivem efetivamente em Portugal. Não pode implicar um esquema de prostituição, digamos, da cidadania europeia e da cidadania de qualquer Estado-membro da União Europeia. Isto é que está em caso. É uma prostituição do sistema Schengen e da cidadania dos vários Estados-membros da UE que o praticam — criticou Ana Gomes.

Dificuldades com governo português

A eurodeputada usou o exemplo dos casos dos vistos que teriam supostamente sido concedidos a réus da Lava Jato para evidenciar possíveis falhas nos procedimentos de verificação e controle da transparência.

— Os casos brasileiros encontrados e já expostos são a demonstração de que as obrigações de due diligence (processo de investigação de possíveis investidores) por parte de imobiliárias, bancos e advogados não foram feitas. Sem falar nas próprias autoridades da administração portuguesa. Portanto, aí tem a demonstração que realmente a due diligencenão é feita em violação às diretivas europeias contra a lavagem de dinheiro — disse Ana Gomes.

A eurodeputada pretende investigar os demais beneficiados do Brasil e espera contar com a colaboração das autoridades nacionais durante o processo. Os brasileiros já são os que mais compram casas em Lisboa e Porto, ultrapassando franceses, que se concentram no Algarve. Segundo o Imovirtual, site português de venda e compra de imóveis, o Brasil é o país de origem da maior parte das pesEm quisas no site, que teve 1,5 milhão de visitas neste ano. São Paulo (30%), Rio de Janeiro (25%) e Minas Gerais (7,5%) são os estados de onde parte a maior procura, enquanto Lisboa, Braga, Porto e Vila Nova de Gaia são os destinos preferidos.

— Se me derem dados concretos, eu gostaria muito de ter acesso a esta lista de 451 cidadãos brasileiros. Saber quem eles são. Muitos, eu poderei saber, outros, só com ajuda dos parceiros brasileiros. Isso seria muito útil e estou à disposição para colaborar com autoridades policiais, judiciárias, parlamentares ou da sociedade civil — disse a eurodeputada.

Portugal, Ana Gomes tem encontrado obstáculos para obter a lista de beneficiados no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e no Ministério da Administração Interna (MAI), o que dificulta a investigação. A Comissão Nacional da Proteção de Dados (CNPD), órgão do Parlamento português, mas com funcionamento independente, alega que divulgar a lista seria violação de privacidade.

— São mais de 15 mil pessoas, entre os que obtiveram e seus familiares, que também receberam por reunificação. Tenho me deparado com a recusa (ao pedido) e explicações perversas. Tenho certeza de que só olhando para as listas eu vou descobrir muito mais gente designada PEP (Pessoa Politicamente Exposta, na sigla em inglês) que obtiveram vistos dourados em Portugal, vinda de países que obviamente mereceriam as altas suspeitas — afirmou Ana Gomes.

Em relatório, a organização não governamental Transparência e Integridade, uma ramificação portuguesa da Transparência Internacional, pediu a suspensão imediata dos vistos gold para evitar a abertura do Espaço Schengen ao crime organizado e à lavagem de dinheiro. Ana Gomes endossa o pedido e adiciona o componente chinês ao caso.

— Se a China tem um limite máximo de envio de dinheiro para o exterior de € 50 mil por ano, é evidente que o esquema só pode ser fraudulento ou criminoso — atestou a deputada.

Ex-diretor preso e ex-ministro processado

O nome oficial do visto gold é Autorização de Residência por investimento (ARI). Além da compra do imóvel de € 500 mil, que desce para € 350 mil se o local estiver em área de recuperação, é possível obtê-lo por meio da transferência de € 1 milhão para Portugal ou da criação de mais de dez postos de trabalho por investimento. É necessário, ainda, permanecer em Portugal por 14 dias seguidos por mês ou sete de maneira alternada. Essas modalidades, no entanto, somam apenas 10% dos pedidos.

Durante a Operação Labirinto, em 2014, 11 pessoas foram presas por suspeita de concessão de vistos gold mediante suborno. Manuel Palos, ex-diretor do SEF, ficou preso preventivamente antes de passar à detenção domiciliar. É acusado de corrupção passiva e prevaricação. O Ministério Público pediu em março cinco anos de prisão para Miguel Macedo, ex-ministro da Administração Interna. Ele se demitiu em novembro de 2014.